

FERNANDO UHLMANN SOARES  
ILUSTRAÇÕES DE SILVIO BORGES E PITA PAIVA  
PREFÁCIO DE EGUIMAR FELÍCIO CHAVEIRO

# MÃOS QUE MIGRAM



PRELÚDIO À REDE SOCIOAFETIVA DE MIGRAÇÃO NORDESTINA  
EM RIO VERDE - GOIÁS



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

# MÃOS QUE MIGRAM

Prelúdio à Rede Socioafetiva  
de Migração Nordestina  
em Rio Verde - Goiás

**Elias de Pádua Monteiro**

Reitor do IF Goiano

**Alan Carlos da Costa**

Pró-reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

**Iraci Balbina Gonçalves Silva**

Assessora Especial do Núcleo Estruturante da Política de Inovação (NEPI)

**Conselho Editorial**

Portaria nº 1160/REI/IFGOIANO, de 17 de março de 2022

Ana Paula Silva Siqueira

Matias Noll

Antônio Evami Cavalcante Sousa

Júlio César Ferreira

Ítalo José Bastos Guimarães

Flávia Gouveia de Oliveira

Rosenilde Nogueira Paniago

Natália Carvalhães de Oliveira

Luiza Ferreira Rezende de Medeiros

Maria Luiza Batista Bretas

Paulo Alberto da Silva Sales

Elis Dener Lima Alves

Diego Pinheiro Alencar

Mariana Buranelo Egea

Raiane Ferreira Miranda

Édio Damásio da Silva Júnior

Bruno de Oliveira Costa Couto

Priscila Jane Romano Gonçalves Selari

Gustavo Lopes Ferreira

Tatianne Silva Santos

Lidia Maria dos Santos Morais

Johnathan Pereira Alves Diniz

**Equipe do Núcleo da Editora IF Goiano**

Sarah Suzane Bertolli

*Coordenadora do Núcleo da Editora*

Lídia Maria dos Santos Morais

*Assessora Editorial*

Johnathan Pereira Alves Diniz

*Assessor Técnico*

Tatianne Silva Santos

*Assessora Gráfica*

**Revisão textual:**

Isadora Aparecida Santos Pinheiro  
(Coelum Editorial), Silvio César Gomes

**Projeto gráfico e diagramação:**

Varnei Rodrigues (Propagare Comercial Ltda.)

**Bibliotecário responsável:**

Johnathan Pereira Alves Diniz

**Ilustrações:**

Xilogravuras dos artistas Silvio Borges e Pita Paiva

---



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Fernando Uhlmann Soares

# MÃOS QUE MIGRAM

Prelúdio à Rede Socioafetiva  
de Migração Nordestina  
em Rio Verde - Goiás

1ª Edição  
Editora IF Goiano  
2023

ISBN: 978-65-87469-43-0

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI) – Instituto Federal Goiano**

S676m

Soares, Fernando Uhlmann.

Mãos que migram: prelúdio à Rede Socioafetiva de Migração Nordestina em Rio Verde - Goiás/ Fernando Uhlmann Soares. – 1. ed. Goiânia, GO: IF Goiano, 2023.

94 p., il.: color.

ISBN (e-book): 978-65-87469-43-0

1. Ciências Humanas. 2. Geografia da População. 3. Migração.  
4. Regionalização. 5. Nordeste brasileiro. 6. Rio Verde (Goiás). I. Instituto Federal Goiano. II. Título.

CDU: 913:314.1(817.3)

Aos meus pais (*In Memoriam*)  
Irene Uhlmann Soares e Waldiomar Soares  
que, no desenraizar dos territórios,  
escreveram suas vidas  
igual nordestinos e nordestinas.

## □ RETIRANTE EXPLICA AO LEITOR QUEM É E A QUE VAI

“— O meu nome é Severino,/ não tenho outro de pia.  
Como há muitos Severinos,/ que é santo de romaria,  
deram então de me chamar/ Severino de Maria;  
como há muitos Severinos/ com mães chamadas Maria,  
fiquei sendo o da Maria/ do finado Zacarias.  
Mas isso ainda diz pouco:/ há muitos na freguesia,  
por causa de um coronel/ que se chamou Zacarias  
e que foi o mais antigo/ senhor desta sesmaria.  
Como então dizer quem fala/ ora a Vossas Senhorias?  
Vejamos: é o Severino/ da Maria do Zacarias,  
lá da serra da Costela,/ limites da Paraíba.  
Mas isso ainda diz pouco:/ se ao menos mais cinco havia  
com nome de Severino/ filhos de tantas Marias  
mulheres de outros tantos,/ já finados, Zacarias,  
vivendo na mesma serra/ magra e ossuda em que eu vivia.  
Somos muitos Severinos/ iguais em tudo na vida:  
na mesma cabeça grande/ que a custo é que se equilibra,  
no mesmo ventre crescido/ sobre as mesmas pernas finas,  
e iguais também porque o sangue/ que usamos tem pouca tinta.  
E se somos Severinos/ iguais em tudo na vida,  
morremos de morte igual,/ mesma morte severina:  
que é a morte de que se morre/ de velhice antes dos trinta,  
de emboscada antes dos vinte,/ de fome um pouco por dia  
(de fraqueza e de doença/ é que a morte severina  
ataca em qualquer idade,/ e até gente não nascida).  
Somos muitos Severinos/ iguais em tudo e na sina:  
a de abrandar estas pedras/ suando-se muito em cima,  
a de tentar despertar/ terra sempre mais extinta,  
a de querer arrancar/ algum roçado da cinza.  
Mas, para que me conheçam/ melhor Vossas Senhorias  
e melhor possam seguir/ a história de minha vida,  
passo a ser o Severino/ que em vossa presença emigra.”

(MELO NETO, 2018, p. 91)

# SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO</b> .....	9
<b>PRÓLOGO</b> .....	12
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>A SENSIBILIDADE CIENTÍFICA DO OLHAR</b> .....	16
O sujeito de estudo apareceu na padaria, mas não só lá.....	19
O processo de formação socioterritorial goiana e rio-verdense ...	24
Implicações na dinâmica demográfica rio-verdense .....	29
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>MÃOS QUE MIGRAM: O TRABALHADOR MIGRANTE NORDESTINO</b> .....	34
O Goiás nordestino .....	38
A difícil necessidade de migrar.....	47
<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>A REDE SOCIOAFETIVA DE MIGRAÇÃO NORDESTINA</b> .....	55
Rodoviária de Rio Verde: a porta de entrada do trabalhador migrante nordestino .....	63
Rio Verde nordestina: a nova morada do migrante.....	70
<b>EPÍLOGO</b> .....	83
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	88
<b>SOBRE O AUTOR</b> .....	92
<b>SOBRE OS ARTISTAS</b> .....	93

# PREFÁCIO

Eguimar Felício Chaveiro<sup>1</sup>

Fernando Uhlmann Soares, com olhos arregalados e gestos intensos, abriu a porta da sala da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) – Seção Goiânia, no prédio do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), da Universidade Federal de Goiás (UFG) para, dali, começarmos uma parceria frutífera e uma amizade alegre. Sem timidez e sem titubeio, abriu a boca e passou a mensagem: “Eu estou querendo mudar de rota. Desde muito tempo que venho trabalhando com geoprocessamento, quero retornar à geografia humana e política. Estou me sentindo como se não fosse geógrafo. Quero voltar à geografia. Preciso dilatar e acurar minha visão de mundo”.

Depois de falar sobre seus trabalhos, postou-se para me ouvir. Disse-lhe que a cartografia digital é muito importante na pesquisa geográfica, disse-lhe também que havia gostado muito de sua sinceridade.

Dali em diante, além de ser aprovado no curso de doutoramento no programa da Universidade Federal de Goiás – Regional Jataí, ingressou no grupo de estudo e pesquisa Dona Alzira – Espaço, Sujeito e Existência. Organizou eventos, participou de missões científicas, elaborou projetos de pesquisa, ajudou colegas a se prepararem para seleções de pós-graduação; participou de entrevistas em rádios, canais de YouTube, TVs; fez estágio doutoral na África; viajou para Cuba e China; publicou textos, liderou churrascos e festas; caminhou com o grupo e com Paulo Freire (2016) no projeto LEITURAS CAMINHANTES; participou ativamente do projeto NARRATIVIDADES GEOGRÁFICAS; aproximou-se do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG); tornou-se membro do Instituto Cultural e Educacional Bernardo Élis Para os Povos do Cerrado (ICEBE);

---

1 Eguimar Felício Chaveiro é Professor Titular do Instituto de Estudos Socioambientais, da Universidade Federal de Goiás (IESA/UFG). Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Espaço, Sujeito e Existência “Dona Alzira”. Livre-Docente pela UFG, possui Pós-Doutorado em Saúde do Trabalhador pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz/RJ). É Doutor em Geografia Humana pela USP, Mestre em Educação pela UFG e Graduado em Geografia pela PUC Goiás. Mantém parcerias de trabalho com instituições em Moçambique/África, Cuba, Chile e Alemanha. Coordena projetos de pesquisas financiados pelo CNPq, CAPES e FAPEG. Desenvolve trabalhos ligados à abordagem territorial do Cerrado; saúde, trabalho e território; cartografias existenciais de pessoas com deficiência; geografia, literatura e arte.

entrou para a diretoria da AGB e fez uma pesquisa inédita que culminou com a proposta deste livro.

Que livro é esse?

Pois bem!

Fernando Uhlmann sabe do poder das metáforas, por isso é que o título do seu livro *Mãos que migram: prelúdio à Rede Socioafetiva de Migração Nordestina em Rio Verde, Goiás*, toma esse órgão – as mãos – cantado no teatro por Bibi Ferreira, na música por Chico Buarque e no denso pensamento dialético de Alfredo Bosi, como o que é essencial nas teorias migratórias. De fato, são as mãos que migram, mãos de garis; de diaristas; de operários; de camponeses; de guardas noturnos; de vigiadores de carro; de vendedores de churrasquinho de gato; de serventes de pedreiros; de zeladores de clubes; de recepcionistas de hotel.

As mãos de trabalhadores nordestinos migram porque procuram um trabalho-emprego que lhes proporcione sustento. Daí que, ao deixar para trás o lugar de origem, a família, a cultura, os modos de vida e partir para outros lugares do país, especificamente para o município de Rio Verde, Goiás, o que se constitui é uma espécie de diáspora inter-regional do trabalho. Desse ponto de vista, é possível sintetizar: a migração de trabalhadores nada mais é que uma “espacialidade das mãos”.

As mãos migram e sangram; sangram-se e depõem o país a partir da divisão regional do trabalho, da desigualdade social; da pobreza alcinando a riqueza e o monopólio. Contudo, o vaticínio das mãos é apertar outras mãos, benzer-se no calor do outro. Poder-se-ia dizer: a essência das mãos é a solidariedade. Por esse fato, a rica pesquisa de Fernando Uhlmann junta trabalho e rede socioafetiva. Aquele migrante que chegou primeiro – o parente, a esposa, a namorada, o amigo, o primo – acolhe o outro que chegará depois. Essa acolhida é o modo de aplacar o que o professor da Universidade de São Paulo (USP), Dr. Élvio Rodrigues Martins, teoriza: “Ser é pertencer; ser é localizar-se”.

Uma geografia das mãos no outro lugar, ou uma geografia do sujeito migrante no lugar alhures; ou mesmo uma geografia crítica da migração, é o que, com autenticidade, apresenta este livro, do qual surge, como tem replicado o professor Ricardo Assis Gonçalves, da Universidade Estadual de Goiás (UEG), e o professor José Gilberto de Souza, da Universidade

Estadual Paulista (UNESP-Rio Claro), outra seta para compreender esse fenômeno dramático da sociedade brasileira: a migração.

Entretanto, a autenticidade do livro povoa também outra letra. A pesquisa recoloca os parâmetros da leitura de Rio Verde. Com dados, mapas, tabelas, fotografias, imersão em campo, cartas de vida, há a demonstração que esse município, tão propagado pelo êxito econômico, pode ser lido pelo que parece ocultado e silenciado: o trabalhador migrante nordestino. Nesse campo, usando o procedimento de método basilar da geografia, foi necessário fazer um entrelaçamento de escalas: lugar, região e país se juntaram para explicar o fenômeno e para o fenômeno dizer o nome verdadeiro do país e do lugar.

Fernando Uhlmann, como o seu livro, é inquieto e desacomodado. O próprio autor é um migrante que também é puxado pelas próprias mãos. Sabe, contudo, que as mãos não andam soltas no corpo – e na vida social e cultural. A sua essência é transitar com o coração pulsando nos dedos e nas palmas. É a solidariedade, o abraço de classe, a coragem para viver e para enfrentar. Pode-se sintetizar: este livro é um convite a um olhar percuciente e a um olhar de amor.



À esq. o autor Fernando Uhlmann Soares, à dir. o orientador Eguimar Felício Chaveiro

## PRÓLOGO

Este livro é uma atualização de parte da tese de doutoramento defendido, em agosto de 2020, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás (UFG-regional Jataí). Desenvolvido no entrançar das vidas pessoal, acadêmica e profissional, a pesquisa foi orientada pelo livre-docente, PhD Eguimar Felício Chaveiro do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) da UFG que assina o prefácio.

Tal que nem se lê em *Vida e Morte Severina*, para enxergar os migrantes de Rio Verde, Goiás e, em especial, os sujeitos nordestinos, é preciso afetividade crítica. Sem a pretensão de ombrear com os esforços físicos e psíquicos da peregrinação da personagem Severino, que revela o poema de João Cabral de Melo Neto (2018), a construção de uma tese contém em si um caminhar árduo e meândrico de trabalho, suor e aprendizado. Nessa travessia científica foram quatro anos de atividades andarilhas compartilhadas com o grupo de estudo e pesquisa Espaço, Sujeito e Existência, afetivamente chamado de “Dona Alzira”.

Se em parte essa percepção foi possível devido ao processo de orientação e formação coletiva do doutorado, em outra medida foi facilitada pela confluência do autor deste livro em também ser um trabalhador migrante sabedor dos anseios e das angústias desse processo de mudanças. Tal movimentação é credencial pessoal importante para apresentar uma leitura acurada sobre o(a) trabalhador(a) migrante nordestino(a).

Considerando que os mais clássicos condicionantes do fenômeno migratório mundial é o sujeito se deslocar em busca de trabalho, emprego ou renda, no Brasil isso ocorre de modo distinto no tempo e no território de diferentes atrativos e aportes econômicos. Assim, uma das características marcantes da formação socioterritorial do Estado de Goiás ocorre, após a década de 1930, com a migração de trabalhadores brasileiros persuadidos pela Marcha para o Oeste.

No município goiano de Rio Verde, essa migração acontece principalmente após a expansão da fronteira agrícola, nos anos de 1970,

com a vinda dos sulistas do país. Vinte anos depois, já na passagem para a década de 1990, inicia-se a chegada mais intensa de trabalhadores e trabalhadoras do Nordeste brasileiro, atraídos pelas oportunidades de emprego surgidas com o crescimento do setor agroindustrial no município e na região.

Em um texto sobre a modernização conservadora e a integração mundializada arquitetadas no município de Rio Verde, Soares *et al.* (2019) apontam aqueles elementos como fundantes para apreender o fenômeno migratório. Os autores se debruçam sobre as implicações territoriais tão caras ao entendimento da formação socioeconômica de Rio Verde no que tange à integração dos territórios do Cerrado às redes de produção globais da economia capitalista.

É nesse contexto que está inserido o(a) trabalhador(a) migrante nordestino(a). Por isso, este livro lança luz sobre esse sujeito invisibilizado, que atua na base da estrutura produtiva rio-verdense e que, após migrar de sua terra natal, sustenta com as mãos o crescimento econômico da intitulada “capital do agronegócio” em Goiás.

Por isso é importante perceber, por exemplo, que mesmo no dia 8 de outubro, Dia Nacional do Nordeste, não é promovida sequer alguma festividade para os trabalhadores rememorem suas raízes com familiares e amigos. O contingente de nordestinos em Rio Verde chega a ser tão expressivo que representa 75% dos migrantes não nascidos em Goiás para o ano de 2010 (IBGE, 2018).

Esse grupo social tem força política para eleger vereadores, vice-prefeito e deputado estadual, podendo inclusive reivindicar pautas sobre cultura, melhores salários, condições de trabalho, assistência e equipamentos urbanos. A de se valer, no entanto, que a representação popular eleita nem sempre se presta a atender às demandas ou reivindicações do grupo efetivando a dialética que ensinou Freire (2016) em sua pedagogia do oprimido.

É justamente da agudeza em se analisar o sujeito mais aflito e merecedor de atenção diante das vivências sobre o modelo político-econômico de Rio Verde que nasce o objeto de estudo deste livro. Nele, é apresentada uma Rio Verde nordestina formada pelas mãos dos que migram para o trabalho e que tecem sua importante Rede Socioafetiva de Migração.

Quem são, quantos são, quais as origens, como vieram e o que pretendem aqui são algumas condicionantes que versam sobre o mundo de trabalhadores e trabalhadoras nordestinas. A leitura dessa parte do mundo migrante, visa ampliar a visibilidade do grupo e auxiliar na emancipação dos sujeitos na medida em que estes consigam entender seu passado no Nordeste, questionar o presente em Rio Verde e vislumbrar um futuro digno e de justiça social para os seus junto da sociedade em que vivem.

Como esse intuito, se outorga neste trabalho um diagnóstico parcial para que os setores público, privado e sociedade civil tenham subsídios para encampar políticas de gestão e de retribuição mais concretas e condizentes com os lucros auferidos a partir das mãos desses trabalhadores e trabalhadoras nordestinos. Ademais, é intuito que o (a) trabalhador(a) migrante nordestino(a) e os demais leitores se sintam acolhidos por este livro.

## CAPÍTULO 1



# A SENSIBILIDADE CIENTÍFICA DO OLHAR

## A SENSIBILIDADE CIENTÍFICA DO OLHAR

Foi na semana de 15 a 19 de maio de 2018, durante a 70ª Reunião Regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), nas dependências do Instituto Federal Goiano - Campus Rio Verde, que brotava a tese *Mãos que escrevem o território, escrevem a vida: o trabalhador migrante nordestino em Rio Verde, Goiás*.

Entre palestras e oficinas de renomados pesquisadores e pesquisadoras de Goiás e do Brasil, os professores doutores Fernando Uhlmann Soares e Roberto Eduardo Castillo Pizarro apresentaram o minicurso intitulado *A construção do agronegócio na Região de Planejamento Sudoeste Goiano*. Um dos principais momentos da atividade foi o trabalho de campo no qual foram percorridos o perímetro urbano de Rio Verde e um pequeno trecho da Rodovia BR-060, que liga o município às capitais do estado e do país, respectivamente, Goiânia e Brasília.

Durante o trajeto, os participantes puderam (re)conhecer não somente o modelo de espacialização territorial das agroindústrias ao longo da rodovia, mas também o aporte financeiro governamental federal e estadual para instalação das plantas agroindustriais e das granjas criadoras de aves e suínos. Entre os financiadores indicados nas placas na frente das empresas, destacam-se: o Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), o Fundo de Fomento à Industrialização do Estado de Goiás (FOMENTAR), o Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (PRODUZIR) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

No deslocamento pelo perímetro urbano, foram analisados os componentes iconográficos das principais avenidas da cidade de Rio Verde. Como relatam Soares e Marques (2018), a leitura das vozes que bradam dessas pichações, propagandas e esculturas revela as contradições socioterritoriais da cidade.

Um dos componentes de destaque é o Monumento ao Desenvolvimento Econômico-Cultural de Rio Verde (figura 1). Ele retrata o que Pizarro (2017) entende como a representação das três fases da construção do agronegócio no sudoeste goiano: a primeira fase na

década de 1970, com a modernização e a mecanização da agricultura, que inclui a substituição da pecuária bovina pela produção de arroz, soja e milho; a segunda fase, de 1980 a 1990, acontece a industrialização da agricultura com a instalação das unidades processadoras de grãos; e a terceira fase, no início do século XXI, com a implantação das unidades agroindustriais e a intensificação das atividades agropecuárias de aves e suínos com a indústria.

**Figura 1** – Monumento ao Desenvolvimento Econômico-Cultural de Rio Verde



Fonte: Arquivo do autor (2022).

O entendimento e encadeamento desses períodos é de suma importância, pois é a partir deles que acontecem os movimentos migratórios distintos dos sujeitos de um lado providos de recursos financeiros e meios de produção e, de outro lado, de mão de obra e vulnerabilização.

O mosaico em forma de árvore do Cerrado retrata além dos galhos retorcidos, a dinâmica econômica agropecuária tecnificada de Rio Verde e aponta para uma relação cultural bucólica de outros tempos. Entretanto, não é apresentado no monumento o viés humano do trabalho realizado no campo ou na cidade. Exemplo disso é a digressão textual cravada no sopé do monumento, que não faz sequer menção aos trabalhadores nativos rio-verdenses ou mesmo aos migrantes de outros estados que vendem sua força de trabalho. Naquela, a meritocracia e o poder do capital disseminados pelo modelo socioeconômico de produção são os referenciados:

Cidades são como pessoas, existem as que já nascem predestinadas ao sucesso. O desenvolvimento de Rio Verde se deve ao solo, ao clima, e aos pioneiros que aqui chegaram: mineiros, paulistas, paranaenses, gaúchos, catarinenses e outros imigrantes que formam um amálgama progresso. Este monumento simboliza o trabalho, a inteligência e a vontade do nosso povo na grandeza da agropecuária, indústria, comércio e turismo sem esquecer as nossas origens, valores e cultura (COELHO, 2003).

Fica nítida que a alusão à cidade faz referência apenas aos proprietários de terras que introduziram o modelo de agricultura capitalista monopolista graneleira. No que pese, à época, o texto foi redigido por uma estudante adulta nativa e de colégio público. É possível debulhar o tom do discurso classista e hegemônico em representar uma classe social que não seja a própria e fica translúcida a representação social incutida na população. Resta aqui desnublá-la.

Ainda durante a reunião da SBPC, foi a vez do pesquisador doutor Eguimar Felício Chaveiro participar da mesa-redonda intitulada “Sociobiodiversidade, crescimento econômico e desenvolvimento sustentável”. No decorrer da fala, asseverou: “Sociobiodiversidade é um campo de defesa das populações tradicionais, dos quilombolas, das mais de 200 comunidades indígenas, extrativistas, pescadores, agricultores familiares, entre outras, que são responsáveis pela produção, proteção e fortalecimento dos nossos biomas.” (CHAVEIRO apud RODRIGUES, 2018).

Para o pesquisador, a cidade de Rio Verde é exemplo importante para uma guinada na direção e no tipo de modelo de produção insustentável

ao vincular-se apenas para o lucro financeiro. Urge avançar nas discussões socioambientais, uma vez que o modelo de lucro e uso intensivo de agrotóxicos não demonstra preocupação com a sociedade ou com o meio ambiente. Quiçá com a sociobiodiversidade, haja vista que não existem grupos locais atuantes em defesa dessa pauta no município.

Na confluência dessas palestras, discussões, atividades de campo e conversas científicas “despretensiosas”, salta aos ouvidos o sotaque de quem seria o sujeito de pesquisa da tese. Entre os debates sobre agricultura monopolista, trabalho, concentração de riqueza e sociobiodiversidade, surge quem está presente sustentando o crescimento econômico de Rio Verde, o trabalhador(a) migrante nordestino(a).

É hora, portanto, de mirar os holofotes não apenas nos estudos sobre sulistas e sudestinos, donos dos meios de produção, mas sim iluminar os migrantes nordestinos que surgem vendendo e contribuindo com sua força de trabalho para o crescimento econômico do município. São esses trabalhadores migrantes nordestinos que convergem para Rio Verde vencendo barreiras afetivas e de enraizamentos culturais dos seus territórios de origem em busca da reprodução da vida por meio do trabalho.

Ao fazerem isso, a territorialização do capital em Rio Verde, contraditoriamente, cria uma dinâmica urbana que lhes dispõe empregos, contudo, em postos de trabalhos de menores salários. Para superar tal situação, é formada uma rede socioafetiva entre conterrâneos que torna possível a permanência desses sujeitos na cidade. É com base nesse contexto que será possível apreender algumas das contradições nas escalas em que o trabalhador migrante se situa.

Enquanto a divisão regional do trabalho promulga a estratégia capitalista de auferir lucro e renda aos donos dos meios de produção, será a rede socioafetiva o elo de apoio tão necessário para suplantarem os baixos salários promovidos na divisão social do trabalho ao migrante e a consequente precarização do trabalho e da vida.

## **□ sujeito de estudo apareceu na padaria, mas não só lá**

Chamado para uma percepção mais atenta e sensível, salta aos olhos e aos ouvidos o sujeito invisibilizado que está atendendo no balcão da padaria. Ao longo do dia, identifica-se que sujeitos semelhantes estão

nos balcões das lanchonetes, na recepção ou na faxina do hotel, nos serviços terceirizados da instituição pública de ensino, nas ruas e calçadas exibindo seu sotaque e nas feiras-livres.

Essas observações dotaram as pesquisas exploratórias de comprovações. A primeira diz respeito às inúmeras conversas informais pelo comércio local que confirmam o trabalhador migrante nordestino como uma das principais forças de mão de obra braçal na cidade de Rio Verde. A segunda comprovação parte do levantamento bibliográfico científico que certifica que a população nordestina representa o maior contingente de migrantes que desembarcam todos os dias na rodoviária de Rio Verde.

De posse desses dados, a discussão caminhou no sentido da necessária preocupação sociogeográfica em dialogar com os trabalhadores migrantes nordestinos que chegam vulnerabilizados e são diariamente invisibilizados ou negados pelo outro migrante ou mesmo pelo nativo rio-verdense. Ao extrapolar o que escreve Silva (2011) sobre as reconfigurações e as relações de trabalho nos canaviais, se afaça que os agentes hegemônicos do capital encapuzam de invisibilidade os trabalhadores braçais do rural e do urbano. Eles são diminuídos, ocultados e negados por conta da segregação da força de trabalho que trazem para as cidades da agricultura capitalista monopolista, como acontece em Rio Verde.

Na teoria social de Honneth (2003), o filósofo e sociólogo alemão destrincha um quadro no qual apresenta a estrutura das relações sociais de reconhecimento sob um viés histórico-materialista. Entre os modos de reconhecimento existem as formas de reconhecimento e as de desrespeito. No caso das primeiras, estão as formas de reconhecimento baseadas em dedicação emotiva, respeito cognitivo e estima social. No outro extremo, alega existirem três formas de desrespeito ou desprezo, que protagonizam a luta por reconhecimento do sujeito. São elas: os maus-tratos ou a violência física; a privação de direitos ou exclusão social; e a ofensa ou degradação cultural do sujeito. Sobre elas, a socióloga Tomás categoriza:

A violência física representa a forma extrema de desprezo e provoca um desmoronamento psicológico dramático para a vítima resultando na confiança em si e no seu mundo afetivo. O segundo tipo de desprezo é a exclusão jurídica que provoca uma experiência de humilhação moral como, por

exemplo, quando os direitos fundamentais são recusados à vítima. Honneth considera estes direitos como “as exigências que uma pessoa pode legitimamente pedir à sociedade na medida em que ela faz parte de uma comunidade e participa à ordem constitucional”. A terceira forma de desprezo é a desconsideração cultural de um modo de vida. Esta forma de desdém é avaliativa pois a vítima é julgada pelos seus valores sociais (TOMÁS, 2012, p. 6).

Essa luta por reconhecimento, diante da recusa em olhar a realidade social do outro, é a mesma que o sociólogo português Santos (2018) chama de invisibilização social. O autor entende que os sujeitos recusados pelo centro devem ser analisados com uma visão microscópica, e a isso cabe a ciência social. É necessária uma análise que torne observáveis as realidades novas que foram ignoradas ou invisibilizadas pela tradição epistêmica eurocêntrica e norte-americana adotada no município de Rio Verde, que visava aludir ao falido discurso da Revolução Verde a extinção da fome no mundo através de uma agricultura tecnificada, agrotóxica, de organismos geneticamente modificados (OGM) e de produção latifundiária.

Por outro caminho, mas com a mesma intenção de apresentar o intencionalmente invisível, Gomes (2013) propõe utilizar-se da geografia do olhar. Nos seus regimes de visibilidade, ela nos informa sobre o quê ou quem pode ser considerado importante e qual a legitimidade disso. Assim, o “que ver” e “como ver” são tributários de “onde ver”, para que se tenha a compreensão da importância e do sentido do que ou de quem está se estudando.

Assim, a vivência sobre o modelo de agricultura capitalista instalado em Rio Verde unida à agudeza em se perceber o sujeito mais aflito e merecedor de atenção, desemboca no entendimento inicial da formação da aqui identificada Rede Socioafetiva de Migração. É esta que trará as bases para um entendimento sobre a estrutura social do trabalhador migrante nordestino em Rio Verde.

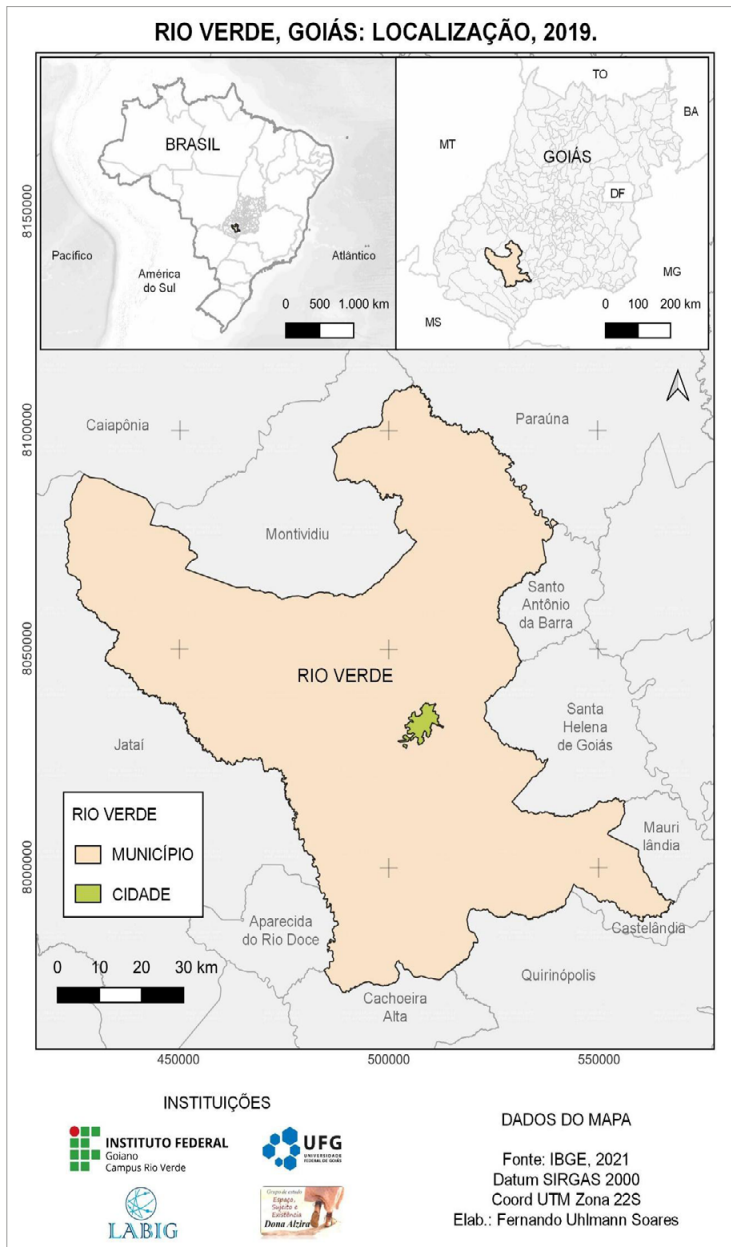
A forma como tal objeto de estudo brota em meio a um Cerrado devastado e intoxicado faz perceber ainda mais a importância de se quebrar a dormência científica prostrada no Brasil ultraneoliberal. De modo igual, se deve acolher e fazer coro à voz de quem é ocultado ao longo do processo de produção de riquezas e de reprodução da vida.

Faz-se esclarecedor situar os estudos sobre formação territorial de Goiás e Rio Verde vinculados ao processo de migração nacional para que se possa identificar as características daqueles territórios em relação aos migrantes nordestinos em busca de emprego e salário. Uma vez que existe um imbricado processo de escalas geográficas na formação da estrutura política, econômica e social na produção capitalista das cidades de agricultura capitalista monopolista, é oportuno esmiuçar o território de Rio Verde e debruçar estudos sobre a cidade e os migrantes nordestinos que nela residem.

Com a consolidação do processo industrial metropolitano e da agricultura capitalista monopolista no município de Rio Verde e no Sudoeste Goiano, atualmente os nordestinos representam a mais importante massa trabalhadora de migrantes em Goiás. Isso acontece, especialmente, na capital Goiânia, na Região Metropolitana, e nas cidades de produção agroindustrial, como é o caso de Rio Verde, que, ao uniformizar os processos econômicos, deixa de avaliar suas especificidades sociais.

Para apoiar o entendimento deste estudo, foram produzidos mapas de espacialização territorial no Laboratório de Inteligência Geográfica (LABIG) do IFGoiano-Campus Rio Verde. Utilizando o aplicativo livre e gratuito QGIS, no Mapa 1 estão identificadas as diferentes escalas geográficas de estudo com identificação principal do município e da cidade de Rio Verde, Goiás, que se vincula ao sujeito e ao objeto principal do estudo.

Mapa 1 – Área de estudo, cidade de Rio Verde, Goiás, 2019.



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

## O processo de formação socioterritorial goiana e rio-verdense

Desde o processo da construção da nova capital do estado, Goiânia, a partir de 1933, e após a criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), durante o governo federal de Getúlio Vargas, na década de 1940, o estado começou a receber um elevado contingente de mão de obra migrante. Sob as diretrizes da Marcha para o Oeste, nos anos de 1950 e 1960, é consolidada a migração em massa dos trabalhadores (candangos) que construíram Brasília.

Para entender a migração populacional rumo à Goiás, Chaveiro, Calaça e Rezende (2009) analisam que esse território passou por uma reestruturação desigual em seu quadro demográfico a partir dos projetos desenvolvimentistas e integradores associados à uma modernização conservadora do campo e à intensificação da urbanização, da estrutura industrial, do emprego e do salário.

A partir de 1970 o espaço goiano sofreu reestruturação no seu quadro demográfico. A disseminação da modernização (agrícola), a intensificação da urbanização, da estrutura industrial, da renda, do emprego produziu um crescimento populacional, que ainda se intensifica desigualmente em todo território em decorrência da funcionalidade e do poder de atração dos polos em desenvolvimento. Observa-se áreas com alto crescimento e concentração populacional na região metropolitana de Goiânia, Entorno de Brasília, outros municípios no Sudoeste Goiano, como Rio Verde e no Sudeste Goiano, Itumbiara, Catalão, Caldas Novas, e também microrregiões com taxa de crescimento negativo (CHAVEIRO; CALAÇA; REZENDE, 2009, p. 28).

No cerne interiorano dessas mudanças, o município de Rio Verde engata um elevado crescimento econômico e demográfico de alta concentração urbana vinculada à migração rural-urbana e à migração de outras regiões do país. Assim, o município se torna um polo econômico regional e estadual no contexto da agricultura monopolista e da agroindústria. Tornou-se, portanto, um dos principais municípios atrativos aos nordestinos que buscam emprego.

Em Rio Verde, a expansão da fronteira agrícola da década de 1970 trouxe o pioneirismo migratório com a vinda dos sulistas do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná. Vinte anos depois, a partir do final da década de 1980, inicia-se a chegada de um grande contingente de nordestinos atraídos pelas oportunidades de emprego surgidas com o crescimento do setor agroindustrial na cidade e região. O compasso do crescimento econômico do município é acompanhado, sobretudo, pela migração laboral em direção à cidade. Nesse tipo de deslocamento, as pessoas são condicionadas única ou preferencialmente pela busca de emprego.

Sobre a migração da força de trabalho rural/urbana, Souza, Jorge e Gebara (2001) advertem sobre a imposição promovida pelos processos excludentes de modernização da agricultura e do crescimento urbano/industrial daqueles últimos anos do século XX. No que tange à movimentação dos trabalhadores urbanos, observa-se que o indivíduo se obriga a migrar no mesmo ritmo do descolamento das forças produtivas urbano-industriais, inclusive das plantas agroindustriais.

A negação [da desterritorialização] se estabelece como sentido de cercear um processo que obriga mulheres e homens a conduzirem-se sobre territórios sem a possibilidade de construir algo mais do que as representações espacializadas do desenvolvimento capitalista: expressas nas monoculturas que tombam pelos esforços de seus braços no corte da cana, ou pelos plantios e colheitas de laranjas, do amendoim e do algodão, e também expressas na construção civil como “reduo urbano” da força de trabalho que migra (SOUZA; JORGE; GEBARA, 2001, p. 5).

Em muitos casos, a questão da fome ensejada pela dificuldade estrutural em se produzir alimentos está imbricada entre os motivos para a necessária migração laboral urbana. Acerca da miséria no Nordeste brasileiro, o célebre pesquisador Josué de Castro já relatava no clássico *Geografia da Fome*, publicado pela primeira vez em 1946, as dificuldades de erradicar a fome. Entre os motivos, estavam a situação de inanição quando categorizou o Sertão nordestino como uma área de epidemias de fome e o Nordeste açucareiro, na faixa litorânea, como área de fome endêmica.

Face à natureza política da fome, milhares de nordestinos foram e são subjugados não só a uma situação de deficiência alimentar e nutricional, mas também a uma exclusão e consequente invisibilidade social pelos brasileiros de outras regiões. A visibilidade programada do nordestino vem acompanhada do período político quando o apertar das teclas das urnas eletrônicas os transformam em cidadãos por força do voto no momento das eleições.

Quase 50 anos da publicação daquela primeira edição do clássico de Castro, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) também apresenta em seu mapa o Nordeste como sendo uma área na qual mais de 60% da população era acometida de fome severa no ano de 1990, sobretudo a população das áreas rurais, que sofria com os índices mais elevados de desnutrição. Esse cenário estava vinculado não somente à dificuldade de acesso à comida, já que o consumo de alimentos na zona rural é maior do que na cidade, mas também aos problemas estruturais de acesso aos serviços de saúde e saneamento.

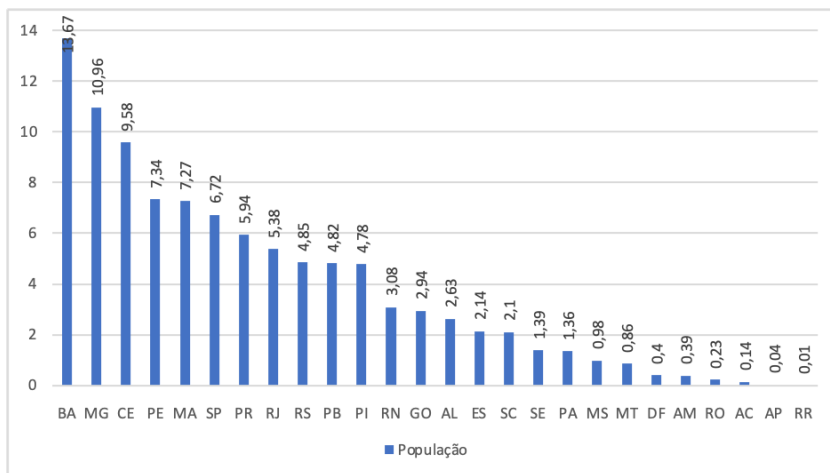
Com base nos mapas e gráficos de Peliano (1993), à época eram nove milhões de famílias brasileiras em situação de indigência, ou seja, cujo salário mensal garantia apenas a aquisição de uma cesta básica de alimentos para satisfação de suas necessidades nutricionais. Mesmo a fome estando disseminada por todo território nacional e, principalmente, nas zonas urbanas, a população mais sofrida era notoriamente a nordestina.

Trinta e dois milhões de brasileiros - uma população equivalente à da Argentina - defronta-se, diariamente, com o problema da fome. [...] A metade dos brasileiros cuja renda não permite sequer acesso a uma quantidade adequada de alimentos localiza-se nas cidades. A parcela mais significativa destes - cerca de 7,2 milhões de indigentes - está no Nordeste. [...] Se observarmos apenas a indigência na área rural, o domínio da região Nordeste é absoluto. Ali concentram-se mais de 60% das pessoas cuja renda não lhes permite sustentar um padrão aceitável de alimentação (PELIANO, 1993, p. 5).

Esse número de 7,2 milhões de nordestinos que viviam em condições de indigência no ano de 1990 mostra um dos motivos de migrarem para o Centro-Oeste e outras regiões brasileiras naquele período. Assim, no Gráfico 1, é possível verificar a distribuição percentual desses milhões de

brasileiros que sobreviviam com apenas uma cesta básica de alimentos em 1990.

**Gráfico 1** – Distribuição percentual da população brasileira indigente em 1990



Fonte: PELIANO (1993).

A leitura do gráfico em questão, permite identificar a elevada manifestação de pobreza em todo o Nordeste brasileiro para a época da migração elencada. Evidencia uma propensão à ocorrência de uma forçosa migração laborais-urbanas, intermunicipais ou interestaduais em busca de emprego e salário. Assim, à medida que trabalhadores rurais promovem a migração, são impelidos, nas cidades, a se moldarem às outras estratégias de vida e aprenderem novos tipos de ofícios para garantir suas condições de sobrevivência.

Em contraponto, a partir de 2003, o Brasil passou por um longo período de investimentos públicos para reversão dos elevados índices de analfabetismo, miséria, inflação e de baixo poder de compra. Em 2014, com o investimento em políticas públicas de geração de emprego, renda, inclusão social, acesso ao ensino superior e pesquisa, diminuição da fome e da pobreza, entre outras ações, começam a dar sinais de reversão desse quadro. Entre eles, ao longo de mais de uma década de implementação, acompanhamento e aprimoramento de políticas de promoção do direito

constitucional à alimentação, o país deixa de figurar no Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU).

Mesmo com os avanços sociais e econômicos obtidos, para o ano de 2022 o país retorna ao referido mapa. Embora a ONU não utilize mais tal ferramenta para comunicar os dados sobre a fome no mundo, essa caracterização indica a necessidade de estudos futuros face à possibilidade de ampliação das migrações inter-regionais devido à ampliação da miséria no país, asseverada de 2016-2022, durante a vigência de um modelo ultraneoliberal de cortes nos investimentos públicos.

Para os pesquisadores da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan, 2022), a fome retornou para mais de 33 milhões de brasileiros durante o início da década de 2020. Esses números superam aqueles apresentados por Peliano para o início da década de 1990 de tal modo que se pressupõe uma nova fase migracional em direção às regiões de atratividade.

Alicerçado nesse contexto e atento às distintas perspectivas de análise geográfica de Goiás, mas principalmente de Rio Verde, chama-se a atenção para a relevância de tomar como ponto de partida a modernização do território e a modernização da agricultura enquanto processos que promoveram e acentuaram os processos de integração de Goiás e de Rio Verde na economia mundializada enquanto exportadores de commodities agropecuárias e minerais.

Considera-se, portanto, que as transformações ocorridas no território goiano nas últimas décadas estão conectadas com a formação de Rio Verde e sua inserção na economia nacional e mundial. Destarte, foram motivadas pela modernização conservadora do território e pelas mudanças e sentidos dos usos e apropriações do Cerrado.

Como consequência, houve um impacto na organização e nos usos do território, na dinâmica demográfica, na economia local e em suas escalas. Ainda, na mobilidade de trabalhadores e trabalhadoras, no conteúdo e na forma do trabalho, na expansão urbana e na desigualdade social do município de Rio Verde. Assim, esses são elementos da estrutura territorial de Rio Verde que embasam a investigação sobre a Rio Verde Nordeste e seus sujeitos.

## Implicações na dinâmica demográfica rio-verdense

Dentre as implicações territoriais da consolidação da produção agrícola e do complexo agroindustrial no Sudoeste goiano e em Rio Verde, como caso específico, a dinâmica demográfica da região e do município passaram por alterações significativas. Diante disso, a relação entre a estruturação do complexo agroindustrial de grãos e carnes contribuiu para se compreender as alterações no setor urbano, no aumento da população e na presença de migrantes nordestinos desde o início dos anos 1990. Esse complexo agroindustrial compreende uma gama de plantas agroindustriais que foram aportadas após as antigas pastagens de bovinocultura extensiva terem sido transformadas em áreas monocultoras de soja, milho e sorgo mais recentemente, tal como apresenta Pizarro:

A industrialização da agricultura nas décadas de 1980 e 1990 constituiu o Complexo Agroindustrial (CAI) de grãos com a instalação de unidades agroindustriais processadoras de soja e milho. Este processo intensificou as relações comerciais e produtivas entre as agroindústrias, setor financeiro e os produtores rurais. Entre 1997 a 2008 são instaladas, nos municípios de Rio Verde, Jataí e Mineiros, unidades industriais de uma grande corporação agroindustrial da cadeia produtiva de grãos, aves e suínos que introduz o sistema de produção integrado de animais. Consolida-se com esta cadeia produtiva o agronegócio no Sudoeste Goiano, o qual impõe novas relações comerciais, financeiras e produtivas no espaço rural e urbano. (PIZARRO, 2017, p. vii)

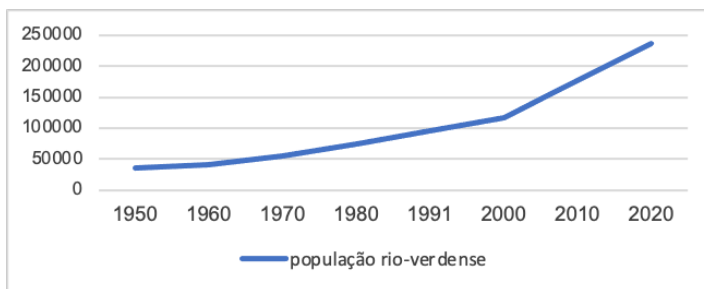
Mais especificamente sobre o município de Rio Verde, Oliveira (2016) salienta que houve também a reestruturação produtiva agrícola e um setor terciário dinâmico e conectado ao agronegócio regional, que contribuíram com as mudanças na dinâmica urbana. De forma complementar, as análises de Chaveiro, Calaça e Rezende (2009) apontam que, no Sudoeste goiano, o mesmo município exemplifica mudanças demográficas influenciadas pelos incentivos governamentais na instalação de unidades agroindustriais.

A infraestrutura agrícola e agroindustrial moderna, competitiva, excludente e seletiva, consolidada a partir dos anos de 1970/1980, motivou a mobilidade de trabalhadores de várias partes do Brasil

em busca de emprego e salário. Isso, somado a outros fatores como a expropriação da população do campo na região Sudoeste goiano, contribuiu com o crescimento da população de Rio Verde, que se tornou acentuado a partir dos anos 1970.

Com base no Gráfico 2, é possível perceber dois intervalos de acentuado aumento de crescimento populacional em Rio Verde diante da consolidação das transformações territoriais vinculadas, sobretudo, à presença do Estado nacional.

**Gráfico 2** – Evolução da população residente em Rio Verde, 1950 a 2020



Fonte: IBGE (2022).

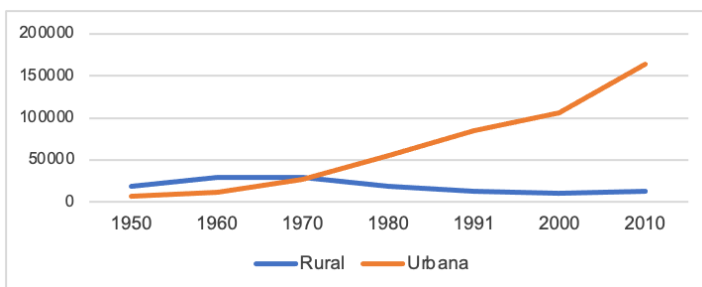
Os primeiros 40 anos, de 1960 até 2000, resultaram de políticas desenvolvimentistas e de expansão da fronteira agrícola. No primeiro vintênio analisado, de 1960 a 1980, a população aumentou em 85%. Passou de 40,4 mil para 74,7 mil habitantes. Já no segundo vintênio, de 1980 a 2000, ocorre uma diminuição no ritmo que ainda era elevado. Com um acréscimo de 56%, a população passa daqueles 74,7 mil para 116,5 mil habitantes.

O segundo intervalo de acentuado crescimento da população rio-verdense inicia-se com a instalação do complexo agroindustrial na virada para o século XXI. Nesse vintênio, que vai do ano 2000 até 2020, o crescimento da população residente em Rio Verde passa de 116,5 mil para estimados 236 mil habitantes. Ocorre um aumento significativo de 102,5% de habitantes decorrente da instalação de capital produtivo financiado pelo governo federal.

Como resultado, um elevado contingente populacional migra e segue migrando de outras regiões atrás de emprego e salário. Nesse contexto, vê-se refletida a instalação da agroindústria Perdígão, atual

Brasil Foods (BRF), bem como o complexo agroindustrial adjacente. Esse aumento da população residente em Rio Verde está vinculado não somente à migração, mas em certa medida também ao deslocamento rural-urbano, como pode ser analisado no Gráfico 3.

**Gráfico 3** - Evolução da população rural e urbana de Rio Verde, 1950 a 2010



Fonte: IBGE (2022).

Pelo gráfico, observa-se que entre as décadas de 1950 e 1970 a população rural de Rio Verde era maior do que a urbana. Nesse interstício, o ano de 1960 é o marco temporal para o início da redução da população rural enquanto se processa o crescimento da população urbana. Diante da consolidação das políticas públicas voltadas para a produção agrícola, que impactaram a organização territorial de Rio Verde de 1960 até o ano 2000, a população rural foi reduzida de 28,7 mil pessoas para em torno de 10,5 mil, um decréscimo de quase 63,5%. Ao contrário, e para o mesmo período, o número de pessoas na área urbana aumentou de 26,9 mil para 100 mil, um acréscimo de 371,4%.

Vale retomar que, a partir do ano 2000, ocorre a instalação da BRF e do complexo agroindustrial. Com isso, o impacto causa uma ascendência ainda maior na curva de população urbana, enquanto a da população rural se torna estável. Isso revela que em Rio Verde têm-se um campo ocupado por monoculturas intensivas em capital e tecnologia para atender ao modelo agroexportador. Enquanto isso, é recorrente na literatura científica o intenso desmatamento do Cerrado e a substituição de culturas tradicionais ou praticadas por agricultores familiares. Percebe-se, então, a produção de um território desigual, concentrador de terras e de capital.

Ademais, o esforço de periodização das leituras sobre as mudanças na dinâmica demográfica de Rio Verde revela que a partir do início da década de 1990 o aumento da população residente passa a contar com o crescimento do número de migrantes das diversas regiões brasileiras. Assim, a entrada massiva do migrante nordestino é solidificada com a instalação das cadeias agroindustriais de frangos e de suínos a partir de fins do século XX e início do XXI.

A eficaz propaganda sobre a geração de oportunidades e riqueza a partir do modelo fomentado pela agricultura de comódites, faz da cidade de Rio Verde o principal território de atração migratória do interior de Goiás e um dos principais do Centro-Oeste brasileiro. Evidencia-se, portanto, que com o adensado de técnicas, tecnologias e monoculturas, o campo começa a ser esvaziado de pessoas, sobretudo, de trabalhadores. Disso resulta que o crescimento acelerado da população urbana irá aprofundar as desigualdades e segregações espaciais.

É visível nos dias de hoje que, além do processo agroindustrial, setores da economia como a construção civil e o comércio promovem também um dinâmico potencial de geração de empregos. Entretanto, mesmo no limiar desse crescimento, uma das demandas recorrentes nas falas do trabalhador migrante nordestino é o elevado custo de vida e a consequente dificuldade de adquirir moradia própria (SOARES, 2020). Segue então, que a presença marcante dos migrantes nordestinos como força de trabalho explorada requer análises mais aprofundas e, para isso, um diagnóstico inicial se fez necessário.

CAPÍTULO 2



OS RETIRANTES

SILVIO BORGES

**MÃOS QUE MIGRAM:  
O TRABALHADOR  
MIGRANTE NORDESTINO**

## MÃOS QUE MIGRAM: O TRABALHADOR MIGRANTE NORDESTINO

Dentre a gama de motivos que fazem os nordestinos migrarem para Rio Verde e outras cidades do país, um deles é recorrente e antigo: a necessidade de emprego. É no descer do ônibus na rodoviária de Rio Verde que se inicia uma nova história de vida para cada trabalhador que chega sozinho, acompanhado da família ou de amigos próximos.

Já é sabido, que sob, principalmente, a influência da política Marcha para o Oeste, em 1930, do governo Getúlio Vargas, o estado de Goiás começa a receber um elevado contingente de mão de obra migrante para a construção da capital Goiânia. Soma-se a essa marcha de interiorização para o oeste as construções de Brasília, na década de 1950, e da malha de estradas de rodagem no Centro-Oeste, que favoreceram a integração de Goiás ao restante do Brasil. Conforme Correia (2006), sob o aspecto da infraestrutura, o projeto desenvolvimentista de construção do Estado se concretizou com êxito.

Portanto, no período de 1930 a 1960 o projeto de nação originado no governo do presidente Getúlio Vargas e concluído no governo JK trouxe reflexos de grande importância para o desenvolvimento regional de Goiás. Nesse sentido, a (i) migração, a construção de Goiânia e de Brasília aliada à abertura de novas rodovias consolidou a ideia de progresso dos vitoriosos da Revolução de 1930, qual seja: a do Estado como promotor do desenvolvimento focado na infraestrutura (CORREIA, 2006, p. 50). (Tachado nosso).

No trabalho do autor sobre esse modelo desenvolvimentista, a formação de núcleos urbanos periféricos e precarizados e sem infraestrutura já deixava evidente a deficiência em atender às necessidades da população local e da migrante. Uma vez que o Estado não foi criado para atender à sua população, mas sim ao crescimento econômico, significa que já havia uma maior preocupação com o capital do que com o social. Diferentemente desses tempos citados, nos quais os trabalhadores eram recrutados pelo “gato”, hoje o trabalhador migrante se desloca com

o custeio próprio ou auxiliado por algum parente ou amigo. Inclusive, muitos dos jovens trabalhadores migrantes de hoje desconhecem a alcunha “gato” como referência ao agenciador de mão de obra.

Como exemplo da atividade do atravessador de trabalhador, Bernardes (2009) conta, por exemplo, que durante a construção de Goiânia o estado-patrão arregimentou mais de quatro mil trabalhadores. Como Goiás era um estado periférico e rural, no qual a pecuária ocupava quase toda mão de obra, o governo recorreu aos escritórios instalados no Rio de Janeiro e em São Paulo para contratação de trabalhadores por meio dos “gatos”. Assim que a notícia da nova capital se espalhou pelo país, levas de trabalhadores dos estados de Minas Gerais, Bahia e Mato Grosso foram trazidos. Nesse período, já é possível, então, identificar a presença do trabalhador migrante nordestino entre o principal grupo de mão de obra trazido.

Chaveiro, Calaça e Rezende (2009) revelam no processo de ocupação e povoamento desigual e heterogêneo de Goiás um crescimento populacional “induzido” a partir dos projetos de colonização e das políticas públicas territoriais. Assim, evidenciam a necessidade de entender as transformações ocorridas a partir de dois períodos distintos dentro do século XX. O primeiro, de 1930 até 1970, e o segundo, de 1970 até 2000, ou, complementarmente, até os dias atuais.

O primeiro período se refere ao Goiás das políticas expansionistas (Construção de Goiânia, Marcha para o Oeste, CANG, PNDs, os Planos Rodoviários, etc.) que se delinea dos anos 30 até final de sessenta, do século XX. Esse período pode ser alcunhado de antecipação da modernização conservadora. Já o segundo período, principalmente após setenta, representa um outro Goiás, amparado por uma infraestrutura consolidada (rodovias, energia elétrica, comunicação) mas cindido (separação de Tocantins); um Goiás que sofre influência da construção de Brasília; um território com uma modernização conservadora que se articula à economia nacional e se prepara para, posteriormente, se aglutinar à economia internacional (CHAVEIRO; CALAÇA; REZENDE, 2009, p. 18-19).

Tendo em mente os períodos relatados, é importante destrinchar a dinâmica da mobilidade e do crescimento populacional de Goiás não somente para a compreensão das transformações econômicas produzidas

no território, mas, sobretudo, das sociais. Nesse contexto é que se insere o migrante nordestino que chega a Goiás e ao município de Rio Verde em busca de emprego, salário e, também, outros desejos e necessidades. Se de um lado esse sujeito não tem como fugir do invólucro capitalista que provê seu sustento e o de sua família a partir da exploração do seu trabalho, por outro lado ele deve ser respeitado como qualquer outro cidadão rio-verdense como contrapartida à sua contribuição aos projetos públicos e privados de crescimento econômico do estado e do município.

Conforme publicou o IPEA (2019), apresentado nos dados da Tabela 1, os nove estados da região Nordeste do país estão entre as últimas posições no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) para o ano de 2017. Os dados apresentados pelo instituto mostram, ainda, que “em doze Regiões Metropolitanas (RM), todas elas localizadas nas Regiões Norte e Nordeste, o IDHM era inferior ao do país” (IPEA, 2019, p. 9).

**Tabela 1 – IDHM entre as Unidades Federativas nos anos de 2010 e 2017**

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM) POR ESTADOS					
UNIDADE FEDERATIVA	POSIÇÃO	2010	2017	POSIÇÃO	EVOLUÇÃO (%)
Distrito Federal	1º	0,824	0,850	1º	3,1
São Paulo	2º	0,783	0,826	2º	5,5
Santa Catarina	3º	0,774	0,808	3º	4,4
Rio de Janeiro	4º	0,761	0,796	4º	4,6
Paraná	5º	0,749	0,792	5º	5,7
Rio Grande do Sul	6º	0,746	0,787	6º	5,5
Minas Gerais	9º	0,731	0,787	7º	7,6
Mato Grosso	11º	0,725	0,774	8º	6,7
Espírito Santo	7º	0,740	0,772	9º	4,3
Goiás	8º	0,735	0,769	10º	4,6
Mato Grosso do Sul	10º	0,729	0,766	11º	5,1
Roraima	13º	0,707	0,752	12º	6,4
Tocantins	14º	0,699	0,743	13º	6,3
Amapá	12º	0,708	0,740	14º	4,5
<b>Ceará</b>	<b>17º</b>	<b>0,682</b>	<b>0,735</b>	<b>15º</b>	<b>7,8</b>

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM) POR ESTADOS					
UNIDADE FEDERATIVA	POSIÇÃO	2010	2017	POSIÇÃO	EVOLUÇÃO (%)
Amazonas	18°	0,674	0,733	16°	8,7
<b>Rio Grande do Norte</b>	<b>16°</b>	<b>0,684</b>	<b>0,731</b>	<b>17°</b>	<b>6,9</b>
<b>Pernambuco</b>	<b>19°</b>	<b>0,673</b>	<b>0,727</b>	<b>18°</b>	<b>8,0</b>
Rondônia	15°	0,690	0,725	19°	5,1
<b>Paraíba</b>	<b>23°</b>	<b>0,658</b>	<b>0,722</b>	<b>20°</b>	<b>9,7</b>
Acre	21°	0,663	0,719	21°	8,4
<b>Bahia</b>	<b>22°</b>	<b>0,660</b>	<b>0,714</b>	<b>22°</b>	<b>8,2</b>
<b>Sergipe</b>	<b>20°</b>	<b>0,665</b>	<b>0,702</b>	<b>23°</b>	<b>5,6</b>
Pará	25°	0,646	0,698	24°	8,0
<b>Piauí</b>	<b>24°</b>	<b>0,646</b>	<b>0,697</b>	<b>25°</b>	<b>7,9</b>
<b>Maranhão</b>	<b>26°</b>	<b>0,639</b>	<b>0,687</b>	<b>26°</b>	<b>7,5</b>
<b>Alagoas</b>	<b>27°</b>	<b>0,631</b>	<b>0,683</b>	<b>27°</b>	<b>8,2</b>
Média	---	---	---	---	6,2

Fonte: IPEA (2019).

É válido ressaltar que mesmo os estados do Nordeste figurando nas últimas colocações do IDHM, verifica-se que houve uma evolução média substancial desse índice para os estados da região, em comparação com os demais entes federativos, durante a vigência das políticas públicas efetivadas nos governos progressistas da época.

O estado do Sergipe ficou abaixo da média nacional, sendo que mesmo assim foi superior à média obtida, por exemplo, pelo estado de Goiás, que ficou 4,6% abaixo daquela. Mesmo ao considerar que a situação do Nordeste e do seu povo fosse deveras precária, os programas sociais fizeram com que a população tivesse acesso à renda e pudesse dispensar o “gato” como agenciador e partir por sua própria conta em busca de melhores oportunidades.

No mais, a tabela também serve como indicador da disparidade na situação de vida dos migrantes que chegam a Goiás e a Rio Verde. Sendo as regiões Sudeste e Sul do país aquelas com melhores índices, isso se reflete também na análise proposta da divisão social do trabalho.

Mesmo após anos de projetos de cunho social executados durante o período dos governos federais progressistas, notadamente a partir do governo Lula, em 2003, a miséria criada a partir de séculos de exclusão e empobrecimento regional ganha evidência após o retorno do modelo ultraneoliberal ao poder político federal, quando o golpe de 2016 cassou o mandato da presidenta Dilma Rousseff.

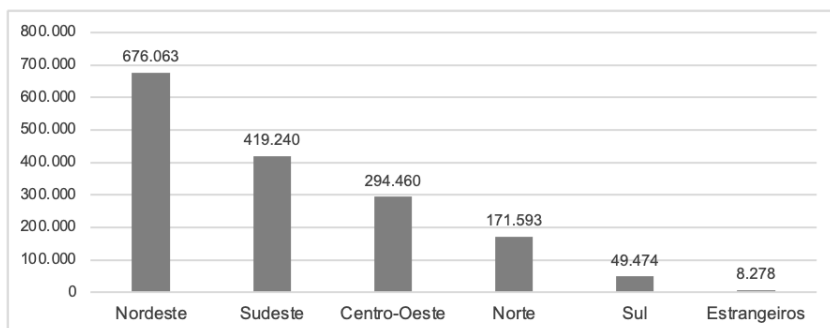
Diante desse cenário, atenta-se, inclusive, para uma possível elevação na migração nordestina, já que a população sofre com o corte ou eliminação de políticas públicas sociais até então vigentes. Uma vez que o IDHM dessas cidades e dos respectivos estados são os menores do país, é provável um aumento na peregrinação da população nordestina em busca de emprego e salário.

## ▣ Goiás nordestino

A partir dos números de migração disponibilizados no último recenseamento geral do IBGE, em 2010, é possível identificar que Goiás é uma das unidades federativas de maior atratividade quanto a entrada de migrantes ou, mais diretamente, de mão de obra vinda de outros territórios do Brasil.

O Gráfico 4 apresenta o quantitativo de migrantes que chegam a Goiás a partir de suas regiões de origem. Pelos dados do Censo Demográfico citado, Goiás possuía 5.968.198 de habitantes. À época, a composição populacional de Goiás era de quase 73% de goianos nativos, enquanto os outros 27% representam os moradores nascidos em outras regiões brasileiras.

**Gráfico 4 – População residente não nascida em Goiás, por região de nascimento, 2010**



Fonte: IBGE (2010).

Em relação à contribuição, a região Nordeste do Brasil é a que apresentava principal representatividade com 41,8% do número total de migrantes. Após, aparecem: Sudeste com 25,9%; Centro-Oeste (exceto Goiás) com 18,2%; Norte com 10,6%; e Sul com 3,1% do total. O número de imigrantes, ou seja, de estrangeiros vivendo em Goiás, corresponde a 0,5% da população total do estado.

Na Tabela 2, é possível verificar a naturalidade daqueles mais de 1/4 de migrantes que moravam em Goiás no ano de 2010.

**Tabela 2 – População residente em Goiás, por naturalidade, 2010**

GOIÁS: RESIDENTES EM 2010			
POSIÇÃO	NATURALIDADE	POPULAÇÃO	%
1.	Goiás (goianos)	4.349.089	72,87
2.	Minas Gerais	302.813	5,073
3.	Distrito Federal	234.718	3,93
4.	<b>Bahia</b>	<b>218.329</b>	<b>3,65</b>
5.	<b>Maranhão</b>	<b>161.712</b>	<b>2,70</b>
6.	Tocantins	107.842	1,80
7.	São Paulo	92.336	1,54
8.	<b>Piauí</b>	<b>89.628</b>	<b>1,50</b>
9.	<b>Ceará</b>	<b>69.124</b>	<b>1,15</b>
10.	Pará	50.824	0,85

GOIÁS: RESIDENTES EM 2010			
POSIÇÃO	NATURALIDADE	POPULAÇÃO	%
11.	Mato Grosso	46.452	0,77
12.	<b>Pernambuco</b>	<b>45.143</b>	<b>0,75</b>
13.	<b>Paraíba</b>	<b>43.069</b>	<b>0,72</b>
14.	<b>Rio Grande do Norte</b>	<b>33.197</b>	<b>0,55</b>
15.	Paraná	23.063	0,38
16.	Rio Grande do Sul	19.999	0,33
17.	Rio de Janeiro	17.795	0,29
18.	Mato Grosso do Sul	13.290	0,22
19.	<b>Alagoas</b>	<b>12.159</b>	<b>0,20</b>
20.	Santa Catarina	6.411	0,10
21.	Espírito Santo	6.296	0,10
22.	Rondônia	5.327	0,08
23.	<b>Sergipe</b>	<b>3.702</b>	<b>0,06</b>
24.	Amazonas	3.421	0,05
25.	Acre	2.472	0,04
26.	Amapá	975	0,01
27.	Roraima	731	0,01
	<b>TOTAL MIGRANTES</b>	<b>1.619.109</b>	<b>27,12</b>
	<b>POPULAÇÃO TOTAL</b>	<b>5.968.198</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE (2010).

Se verifica que no caso da migração nordestina, Bahia e Maranhão são os principais estados formadores da população residente de Goiás. Isso demonstra a facilidade que existe em se encontrar no dia a dia um expressivo número de trabalhadores e trabalhadoras baianos(as) e maranhenses exercendo atividades nos setores primário e secundário. Em menor quantidade, é possível verificar que todos os outros estados nordestinos contribuem com essa formação e abastecimento do mercado de mão de obra.

No cotidiano de entrevistas exploratórias realizadas pela cidade de Rio Verde, esses trabalhadores são vistos nos serviços de pedreiro ou auxiliar na construção civil; nas lojas do comércio de roupas e sapatos; nos balcões das padarias, lanchonetes e restaurantes. Ainda, na faxina dos hospitais, hotéis e residências particulares; na linha de frente dos

postos de combustível; na desossa e nas diversas linhas de produção da agroindústria, entre outras atividades braçais.

Segundo Cruvinel (2017), os fluxos migratórios que partem das regiões Norte e Nordeste em direção a Goiás vem se intensificando, ao passo que os intercâmbios com a região Sudeste estão sendo reduzidos. Também se assinala a forte presença de mineiros e brasilienses, confirmando a estreita ligação desses territórios com o estado de Goiás. Sobre os indicadores de migração interestadual, Goiás apresenta o maior valor para taxa líquida de migração, que é de 34,62 migrantes por mil habitantes. Ainda, complementa em seu estudo sobre a migração em Goiás:

Verifica-se, também, que Goiás, juntamente com Amapá, Santa Catarina, Roraima e Espírito Santo são estados que apresentam os maiores valores para o Índice de Eficácia Migratória, ou seja, são áreas com maiores potencialidades de absorção migratória. [...] esses estados são classificados como de áreas de média absorção migratória. Além disso, estes são os estados com maior capacidade de repor a sua população em função do seu total de imigrantes sobre o total de emigrantes. Como mostra o Índice de reposição populacional, para cada pessoa que partiu entraram aproximadamente duas pessoas. [...] Destaca-se que Maranhão, Alagoas, Bahia e Piauí são classificados como áreas de média evasão migratória e com menores Índices de Eficácia Migratória, ou seja, são as áreas com maior potencialidade de perda migratória do país. Além disso, por meio do índice de reposição migratória nota-se que para cada 10 pessoas que saem desses estados há a entrada de aproximadamente 5 pessoas (CRUVINEL, 2017, p. 11-13).

Com base na Tabela 3, fica nítido que a distribuição dos migrantes nordestinos pelas mesorregiões do estado de Goiás não acontece com uniformidade. Assim, há que se considerar a Divisão Territorial do Trabalho, uma vez que as mesorregiões Centro e Leste abrangem a região metropolitana de cunho industrial e os setores de serviços, e a mesorregião Sul abarca o processo agroindustrial que utilizam elevado contingente de mão de obra braçal.

**Tabela 3 – População residente não nascida em Goiás, por mesorregião, 2010**

GOIÁS: NORDESTINOS EM 2010		
MESORREGIÃO	POPULAÇÃO	%
Centro Goiano	276.384	41,0
Leste Goiano	264.651	39,1
Sul Goiano	105.091	15,5
Norte Goiano	18.113	2,7
Noroeste Goiano	11.824	1,7
<b>TOTAL NORDESTINOS</b>	<b>676.063</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE (2010).

Assim, as mesorregiões Centro e Leste são as principais receptoras de migrantes devido, no primeiro caso, à natureza das atividades metropolitana e, no segundo, à vinculação ao entorno do Distrito Federal. Dessa forma, ambas ofertam diferentes tipos de empregos nos setores secundário e terciário.

A mesorregião Sul goiano é a terceira maior receptora de migrantes no estado de Goiás e concentra 15,5% da população migrante nordestina. Tipicamente interiorana, tem um setor primário altamente tecnificado e concentrador de terra e renda. É marcado por uma estrutura tecnologicamente moderna, mas ao mesmo tempo socialmente conservadora. Não gera muitos empregos no campo além daqueles temporários quando utilizava a colheita manual, como acontecia na cotonicultura e no corte da canavicultura. São justamente os setores secundário e terciário de alguns municípios do interior dessa mesorregião que exercem uma atratividade migratória em virtude da instalação das agroindústrias e empresas que orbitam ao seu redor.

Esse é, por exemplo, o caso do município de Rio Verde, que chega a ser denominado de “capital do agronegócio goiano”, como apresenta Guimarães (2010), ao analisar os fatores que contribuíram para a expansão da agricultura capitalista brasileira a partir da década de 1960. Guimarães (2010) afirma que, à época, Rio Verde já era considerada como a capital do agronegócio goiano por ser o segundo principal município em competitividade e destaque nos setores da pecuária, agricultura, indústria, comércio e serviços. Nesse caminho, o governo de Goiás

(2010) apresentava o município como um dos maiores produtores goianos de soja, milho e sorgo; o segundo lugar em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário com 4,3%; quarto lugar da indústria com 6,85%; e o quinto lugar nos serviços, com 4,06%.

Em outra direção, as mesorregiões Norte goiano e Noroeste goiano possuem características físicas e produtivas diferentes das outras. Elas se dedicam, respectivamente, à mineração e ao trabalho agropecuário de pequenas propriedades, que provavelmente não oferecem oportunidade de emprego ou não representam o imaginário de crescimento ou desenvolvimento para a maior parte dos imigrantes.

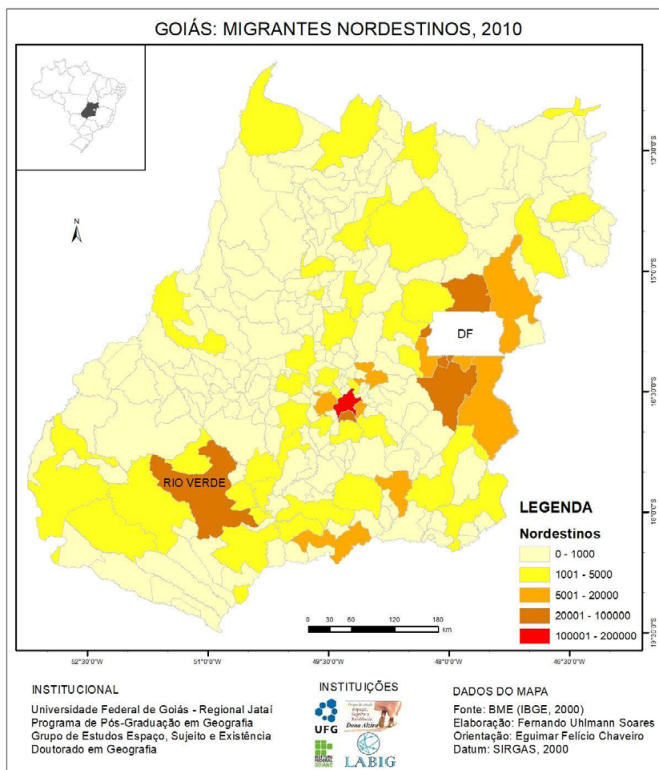
Ao analisar as configurações territoriais e técnico-científicas heterogêneas entre os espaços agrários das regiões que compõem o estado de Goiás, Silva enfatiza que:

A modernização agrícola promovida pela inserção da agropecuária goiana ao circuito de produção nacional, baseada na intensificação das relações capitalistas no campo, foi intensa a partir da década de 1960. Os lugares apropriados do agronegócio são territorializados em Goiás pela inserção da produção de comódites agrícolas, especialmente da soja. A modernização do campo territorializou relações capitalistas na porção sul do estado, com intensa divisão territorial do trabalho e reorganização das relações sociais, porém, ratificando o latifúndio como empresa agrícola moderna, reproduzindo a exclusão nas relações de produção (SILVA, 2015, p. 146).

Como cada mesorregião possui atividades diferenciadas distribuídas pelos setores da economia, evidencia-se que a distribuição dos migrantes pelo território goiano está vinculada à Divisão Territorial do Trabalho local. Assim, o trabalhador vai em busca daquelas empresas que possam contratar mão de obra mais ou menos especializada ou qualificada necessária a cada localidade.

No Mapa 2, é decifrada a territorialização do trabalhador migrante nordestino em Goiás para o ano de 2010. Com uma maior presença na região metropolitana, entorno do Distrito Federal e da porção sul de Goiás, fica translúcida a atratividade dessas áreas em relação às demais.

Mapa 2 – Distribuição dos migrantes nordestinos em Goiás, 2010



Fonte: IBGE (2010).

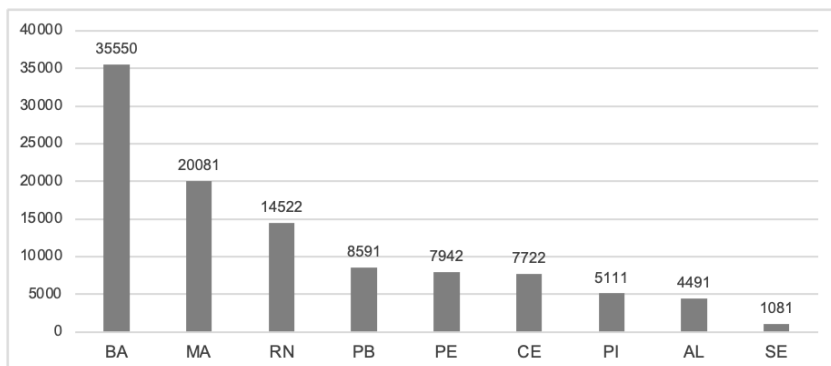
Como já periodizado neste livro, é correto vincular a concentração dos trabalhadores nesses territórios ao processo inicial de ocupação e de construção de Goiânia e de Brasília. Conquanto, se soma ao deslocamento desse contingente de mão de obra, o estabelecimento de redes socioafetivas de migração pelos territórios. Esta, que será detalhada mais à frente, é fundamental na captação de novos sujeitos para o mercado de trabalho e na fixação das famílias a partir da promoção da vida para os indivíduos.

Ao expandir territorialmente os resultados e relatos obtidos sobre o modelo de deslocamento que acontece em direção à Rio Verde, é possível afirmar, quase que inequivocadamente, que a rede socioafetiva de migração acontece por todo o estado de Goiás e, quiçá, por outras cidades

de atratividade do Brasil. Isso se justifica nos indícios exploratórios colhidos, no qual suas vozes ultrapassam os limites políticos dos municípios. Vale assim, a continuidade dos trabalhos científicos para revelar a fundo essas questões.

Com vistas a um direcionamento da pesquisa, no Gráfico 5 é verificado o quantitativo dos migrantes nordestinos por naturalidade em relação à mesorregião Sul goiano.

**Gráfico 5** – População nordestina residente na mesorregião Sul de Goiás, 2010



Fonte: IBGE (2010).

Daqueles 105.091 migrantes nordestinos que vivem na mesorregião Sul, os baianos e maranhenses representam o maior contingente. O percentual de baianos é de 34%, seguido por maranhenses com 19%. Os potiguares aparecem com quase 14% em terceiro lugar e os demais 33% de migrantes residentes completam a análise.

Conforme os dados do IBGE (2010), Rio Verde é o município da mesorregião Sul goiano que mais recebe migrantes nordestinos e contava, à época, com uma população de 23.037 migrantes nordestinos, ou seja, 22% do total desses migrantes. Com um polo agroindustrial e um crescimento econômico atrativos à recepção de trabalhadores, o total da população migrante projeta aumentar para o próximo recenseamento de 2022.

Na Tabela 3 é apresentado o crescimento populacional para os cinco municípios goianos com maior número de habitantes.

**Tabela 3 – Crescimento populacional em Goiás, 1980-2021**

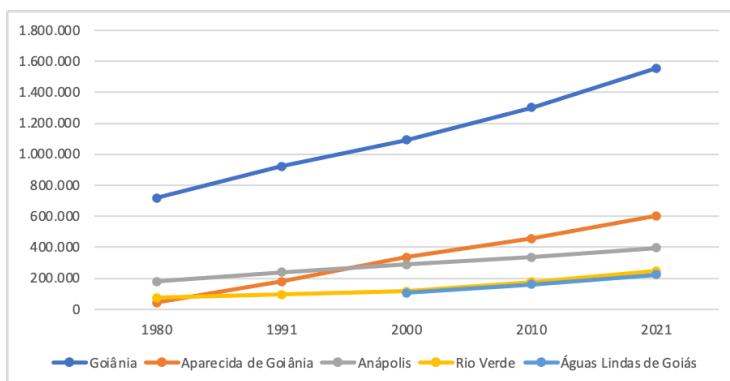
MUNICÍPIOS GOIANOS MAIS POPULOSOS										
Município		1980		1991		2000		2010		2021
Goiânia	1º	717.519	1º	922.222	1º	1.093.007	1º	1.302.001	1º	1.555.626
Aparecida de Goiânia	10º	42.627	4º	178.483	2º	336.392	2º	455.657	2º	601.844
Anápolis	2º	180.012	2º	239.378	3º	288.085	3º	334.613	3º	396.526
Rio Verde	5º	74.699	5º	96.309	5º	116.552	4º	176.424	4º	247.259
Águas Lindas de Goiás*	-	-	-	-	6º	105.746	6º	159.378	5º	222.850
Estado de Goiás	-	3.860.174	-	4.018.903	-	5.003.228	-	6.003.788	-	6.921.161

\* O município de Águas Lindas de Goiás foi fundado apenas em 1990.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Censos Demográficos 1980, 1991, 2000, 2010 e População Estimada 2021 (IBGE, 2022).

Nota-se que os três primeiros municípios – Goiânia, Aparecida de Goiânia e Anápolis – fazem parte da região metropolitana. A quarta colocada, Rio Verde, é a única cidade do interior de Goiás que possui uma das maiores populações, uma vez que o município de Águas Lindas de Goiás está conectado à região do entorno do Distrito Federal. O Gráfico 6 oferece uma visualização dessa evolução ao longo do período de 1980 até 2021.

**Gráfico 6 – Crescimento populacional em Goiás, 1980-2018**



Fonte: IBGE (2022).

Com exceção da capital Goiânia, que possuía em 2021 estimativa de 1.555.626 habitantes, ou seja, 21,58% da população do estado de Goiás, o município de Aparecida de Goiânia permanece o segundo mais populoso de Goiás, com 601.844 habitantes.

Em seguida, aparecem Anápolis com 396.526, Rio Verde e Águas Lindas de Goiás, respectivamente, com 247.259 e 222.850 habitantes. Ao que tudo indica, esse crescimento populacional de Rio Verde é condicionado não apenas pelo processo agroindustrial, mas também pelo setor terciário do comércio e da prestação de serviços. A migração da mão de obra serve, portanto, fundamenta o aumento populacional e respalda ao crescimento econômico.

## **A difícil necessidade de migrar**

Segundo dados do IBGE, o município de Rio Verde possui para o ano de 2022 uma população estimada de quase 250 mil habitantes. No entanto, para o estudo proposto neste livro, foram utilizados os dados do recenseamento do ano de 2010, que correspondem aos últimos dados da amostra para migração no período que o município tinha 176.424 moradores.

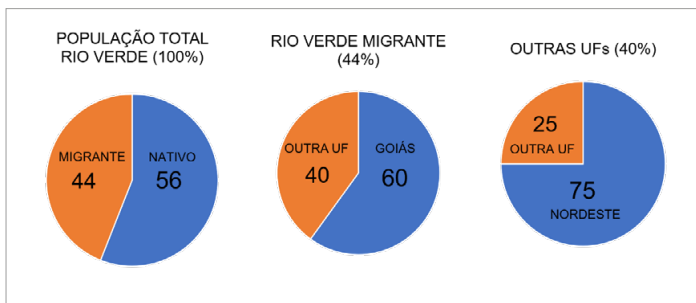
De tal modo que do total de habitantes para o ano de 2010, no município de Rio Verde, 99.398 eram nativos e os outros 77.026 eram vindos de outras localidades do estado, do país ou do mundo. Isso significa que a população natural rio-verdense corresponde a 56% do total de habitantes do município enquanto os outros 44% são migrantes.

Daquelas 77.026 pessoas que migraram para Rio Verde, 46.491 são naturais do estado de Goiás, ou seja, 60%. Os outros 40% do total são 30.535 pessoas, das mais diferentes origens. Destes últimos, 75% deles ou 23.037 pessoas são provenientes do Nordeste brasileiro, enquanto os outros 25% são de outros estados, exceto de Goiás.

Para tanto, além de considerar, assim como Vale (2007, p. 28), “[...] que os nordestinos migram com os ‘pés’ e não com a ‘alma’”, entende-se, sobretudo, que os migrantes nordestinos em Rio Verde migram com as mãos. Embora seja apenas um jogo semântico, a ideia aqui é reforçar o apelo sobre o estudo do migrante trabalhador e não de todos os sujeitos migrantes, como muito bem explicitou a autora em sua tese.

No Gráfico 7 estão identificados os percentuais de distribuição dos moradores para o ano de 2010.

**Gráfico 7** – Distribuição da população de Rio Verde por naturalidade, em 2010



Fonte: IBGE (2010).

Em relação ao número total da população em Rio Verde, os migrantes nordestinos representam 13% dos residentes para o ano de 2010. No cômputo geral de migrantes, os nordestinos somam mais de 25%. Tendo a população crescido, é provável que a atualização dos dados do próximo Censo Demográfico aumente esse percentual de migrantes na cidade.

O destaque dos nordestinos em termos numéricos, evidenciam sua importância enquanto grupo disponível ao trabalho. O discurso recorrente do goiano na cidade é, por exemplo, de que esses sujeitos servem, sobretudo, como mão de obra para os serviços pesados que não exigem qualificação e os quais o goiano nativo não demonstra interesse em realizar.

De outro lado, os nordestinos afirmam sofrerem discriminação variada por parte dos goianos e outros grupos. A conjuntura estrutural da sociedade e da vida segregam e aglutinam os migrantes em lugares de moradia e lazer comuns, mas com alguma identidade nordestina. A ideia inicial é conseguir poupar algum dinheiro e realizar o sonho de retornar para a terra natal o que nem sempre é possível nas condições idealizadas.

Digerindo o exposto, observa-se uma relevância em caracterizar a importância do sujeito apenas vinculada à divisão social do trabalho. Não obstante, tendo o município um percentual elevado de migrantes, entre os efeitos deletérios que isso promove estão o preconceito e a discriminação.

Entretanto, nas conversas com os migrantes, a discriminação não é praticada apenas pelos goianos, mas também por migrantes de outros estados do país, inclusive entre os próprios nordestinos. Isso eleva a situação de agressão social a um patamar que carece ser mensurado sob vários aspectos.

Vale lembrar que, conforme Cruvinel (2017), o intenso processo migratório registrado em Goiás está fortemente ligado ao desenvolvimento e à expansão das atividades agroindustriais promovidos pelas iniciativas governamentais. A partir dessa população migrante, foi possível dinamizar a economia, dando-lhe um perfil mais urbano em algumas localidades, que acabaram por se tornar zonas de atração migratória extremamente relevantes no contexto nacional contemporâneo.

Dentre a gama de motivos que fazem os nordestinos migrarem para Rio Verde e outras várias cidades do país, pode-se confirmar que o principal deles é recorrente e antigo: a necessidade de emprego que gere salário para sanar as necessidades básicas e quiçá conseguir uma pretensa mobilidade social.

Assim, as teorias do fenômeno migratório nos ensinam que existem várias formas de classificá-lo. Quanto à área, podem ser deslocamentos nacionais ou internacionais; quanto à forma, migrações voluntárias ou forçadas; quanto à legalidade, legais ou clandestinas; e quanto à duração da mudança, temporárias ou definitivas.

Diante dos dados quantitativos levantados, assume-se que as migrações em busca de emprego na cidade de Rio Verde são nacionais ou internas e legítimas por direito do indivíduo, sendo que podem ser temporárias ou definitivas. No que tange à forma, se voluntárias ou forçadas, por mais que tenhamos o fator sobrevivência e empregabilidade como vetores da migração, o que realmente acontece é a migração do capital produtivo e sua diferente territorialização no país, nas regiões ou nos estados.

Desse modo, o que existe antes da migração do indivíduo é a migração do trabalho ou do capital enviesado de modelo produtivo, o que amplia, inclusive, a precarização do trabalho. Esse é também o motivo da procura por uma cidade como Rio Verde, ou seja, o processo agroindustrial que está por trás desse rápido crescimento econômico, que serve de atrativo

para milhares de migrantes, nordestinos ou não, é gerado a partir das contradições estruturais inerentes à essa dinâmica territorial.

Aqui, entender a dinâmica territorial do trabalhador migrante nordestino se torna fundamental e essa preocupação aparece de modo espontâneo. Isso porque, desde a cidade de origem, os trabalhadores sofrem desmedida pressão para optar pelo deslocamento. Diante da territorialização do capital que acontece em outros municípios do país, a própria pressão familiar e de amigos o fará abandonar o município de origem.

Vale lembrar que o Sudoeste goiano e, mais precisamente para este estudo, a cidade de Rio Verde, Goiás, vem sendo nos últimos 50 anos objeto da territorialização e do reordenamento territorial produzido. Primeiro pela modernização conservadora na agricultura e depois pelo capital agroindustrial graneleiro da soja, do milho e do sorgo associado à instalação das granjas de aves e suínos. Segundo Pizarro (2017), é justamente com a instalação das unidades agroindustriais a partir de 1997 em Rio Verde que o modelo agroindustrial se consolida no Sudoeste goiano.

A unidade agroindustrial de Rio Verde foi planejada para ser a maior planta industrial da empresa e com ela foram introduzidas novas atividades econômicas no campo como a produção de aves e suínos em escala industrial, relações comerciais entre produtores rurais e a agroindústria, uso cada vez maior de incentivos fiscais e de financiamentos públicos, exigências legais sanitárias e ambientais na produção agropecuária, criação de novas associações de produtores rurais, fortalecimento da cadeia produtiva do agronegócio especificamente da cadeia grãos-proteína animal de aves e suínos, construção de novas vias circulação, articulação de modais ferroviário e aeroviário etc. Segundo a empresa o Sudoeste Goiano foi “escolhido” por apresentar as seguintes características: 1. a região do Cerrado apresentou o maior crescimento agrícola e possui uma área agriculturável de aproximadamente 8 milhões de hectares e solos favoráveis para mecanização; 2. terras planas, ou baixas declividades de textura argilosa com boa drenagem e fertilidade natural de médios e altos níveis; 3. regime de chuvas definido entre outubro e abril, além de prodigiosa disponibilidade de água (rios e do lençol freático); 4. temperaturas médias de 22°C

e amplitudes térmicas anuais de 2°C a 6°C; 5. mão de obra disponível e adaptável às atividades que serão desenvolvidas; 6. disponibilidade de energia elétrica e incentivos fiscais para instalação (PIZARRO, 2017, p. 257-258).

Com base no que assinala o pesquisador sobre o discurso da empresa, esse modelo se adequa ao que Thomaz Junior (2010) entende como território do agrohidronegócio. Nele, considera-se a ampla disponibilidade de terras férteis cultiváveis e mecanizáveis associadas à disponibilidade hídrica e de mão de obra. Entretanto, na fala da empresa, não se observa menção quanto à necessidade de se trazer trabalhadores de outros lugares. Isso significa que as mãos que migram estão vindo por conta própria ou por suas relações sociais face o imaginário de opulência e oportunidade que o modelo opera no país como um todo.

Via de regra, fica claro que a migração do trabalhador nordestino está vinculada à busca pelo emprego, que também migrou ou que até inexistia na sua cidade de origem. Nesse contexto, podem ser definidos dois modos desse migrar em busca de emprego, salário, expectativa de mobilidade social ou ao menos uma vida com qualidade. O primeiro modo diz respeito à uma movimentação de cunho social, enquanto o segundo refere-se a uma movimentação assistida por uma rede, a qual é denominada aqui de Rede Socioafetiva de Migração.

De qualquer sorte, ao realizar uma migração independente ou amparada, o objetivo principal é o mesmo: a busca pelo emprego. Desse modo, surge a necessidade de investigar, sobretudo, esse trabalhador migrante nordestino.

Para os migrantes que vieram à própria sorte e que não dispõem de uma estrutura social pronta para lhe receber e apoiar em Rio Verde se descortinou, a partir da pesquisa de campo, que a Prefeitura Municipal recepciona esses sujeitos ainda na rodoviária. Já ali, lhes fornece assistência de alojamento, alimentação e atendimento à saúde, ao mesmo tempo que monitora a permanência desses migrantes ao longo do primeiro mês de estadia, para que sejam empregados.

É na sala do Serviço de Atendimento ao Migrante (SAM), Figura 2, que alguns migrantes socialmente vulnerabilizados são recebidos. Quem faz a primeira acolhida àqueles que chegam desacompanhados e sem abrigo à cidade, é uma funcionária igualmente migrante.

Nos mesmos moldes das histórias ouvidas a partir de vários migrantes, a funcionária conta que foi trazida pelos pais da cidade de Tauá, no Ceará, para Rio Verde aos 7 anos de idade, e, subtraído um período que morou em Manaus, Amazonas, tem ao todo 22 anos morando em Rio Verde. Seus tios foram os responsáveis por trazerem seus pais e os cinco irmãos dela. Assim, formaram uma família de mascates moradores do bairro Popular, residentes em Rio Verde há mais de 40 anos.

A origem nordestina fornece à atendente-migrante o entendimento principal sobre o contexto de chegada do trabalhador migrante nordestino ou até de outra região. Também lhe confere a afabilidade e o zelo necessários para ser a primeira pessoa a receber seus conterrâneos e migrantes de outras naturalidades. Segundo ela, quem chega à cidade sozinho ou, algumas vezes, acompanhado de suas famílias, sempre vem em situação de vulnerabilidade social.

**Figura 2** – Serviço de Atendimento ao Migrante em Rio Verde, Goiás, 2019



Fonte: Arquivo do autor (2019).

Nesse trabalho, realiza em torno de quase 400 (quatrocentos) atendimentos/mês, ou seja, uma média de 13 (treze) atendimentos/dia de segunda a sexta durante o horário comercial. Entre as atividades, é responsável por definir quem receberá uma das duas passagens que a prefeitura disponibiliza ao dia para retornar ao Nordeste, contabilizando aproximadamente 60 passagens/mês ao longo do ano de 2019.

A priori, recebe passagem de saída quem não tem condições econômicas e sociais de se manter na cidade ou aqueles que desejam migrar para alguma outra cidade de Goiás ou do Centro-Oeste em busca de emprego. Em alguns poucos casos, e mediante a sobra de passagens, é liberada alguma para que o nordestino possa visitar a família. Além disso, o migrante é direcionado para atendimento no posto de saúde e odontológico.

Para aqueles que chegam sozinhos, é disponibilizado abrigo e alimentação durante o primeiro mês. Caso não consigam moradia e emprego ao longo desse período, a prefeitura fornece passagem interestadual ou intermunicipal para retorno à terra natal ou à outra cidade que tenham interesse. Muito embora o atendimento seja humanizado pela funcionária, ao que parece a cidade não acolhe de fato todo migrante. Pelo contrário, é nítido o interesse em manter apenas aqueles que servem como mão de obra, descartando aqueles vulnerabilizados e enviando-os para outros territórios.

Segundo a funcionária, alguns empregadores procuram o SAM para captar mão de obra para serviços gerais em que, sobretudo, não exija formação escolar para atividades braçal em granjas e fazendas. Em parte, essa situação lembra aquela atividade descrita sobre a construção de Goiânia e Brasília, na qual os escritórios instalados no Rio de Janeiro e em São Paulo recrutavam trabalhadores.

No SAM, a prefeitura oferece, de segunda a sexta, a refeição do meio-dia para os recém-chegados que estão desabrigados e perambulando nas proximidades da rodoviária ou que não possuem recurso e nem rede de apoio. Para os sujeitos que enfrentam problemas com as drogas e migram de cidade em cidade buscando empregos temporários, existe o recolhimento voluntário em uma das quatro casas de recuperação, que são mantidas por entidades filantrópicas e igrejas da cidade.

Diante disso, uma das teses que se apresenta preliminarmente é a de que existe a formação de uma rede migratória de trabalhadores baseada na socioafetividade e não mais na contratação estritamente intermediada pelo “gato”, como em outros tempos. Disso, foi formatada e destrinchada a Rede Socioafetiva de Migração Nordestina, apresentada a seguir.

## CAPÍTULO 3



DE MALA E CUIÁ

AUTOR  
(FLAVIO LEANDRO)

1910 SILVIO BORGES

# A REDE SOCIOAFETIVA DE MIGRAÇÃO NORDESTINA

## A REDE SOCIOAFETIVA DE MIGRAÇÃO NORDESTINA

A migração assistida por uma rede demonstra que o migrante parece não estar sozinho. Ele é convidado a migrar, recebido na nova cidade, abrigado e amparado por um núcleo afetivo de contatos pessoais, seja de parentes ou de amigos próximos. Se estabelece, assim, uma das principais características da migração nordestina na cidade de Rio Verde, que é a formação de uma Rede Socioafetiva de Migração.

Essa rede é de suma importância, pois representa uma das principais características da migração nordestina na cidade de Rio Verde e, quiçá, para todo o Brasil. Assim, foi construído um modelo com base nas conversas exploratórias e na análise das Cartas de Vida apresentadas em Soares (2020). As cartas que foram escritas pelos migrantes contando suas trajetórias de vidas serviram de instrumentos metodológicos para identificar e formatar um modelo de Rede Socioafetiva de Migração. As cartas fundamentam, ainda, a tese da Representação Social que o migrante nordestino possui sobre a cidade de Rio Verde.

Após rastrear o primeiro migrante da rede e demais parentes e amigos trazidos por aquele, foi utilizado o aplicativo de análise exploratória de dados Gephi (KHOKHAR, 2015), junto ao Laboratório de Inteligência Geográfica (LABIG) do IFGoiano - Campus Rio Verde, para identificar padrões e o modelo do movimento migratório.

Dessa forma, testou-se vários tipos e níveis de gráficos e de redes até que fosse possível isolar as singularidades e descobrir intuitivamente os padrões existentes na formação da Rede Socioafetiva de Migração Nordestina. Com a rede, é possível afirmar que o emprego é o vetor migracional. As pessoas, social e afetivamente mais próximas, são as responsáveis pelo convite e, em alguns casos, pela mobilidade daquele trabalhador que sequer possui recursos para se deslocar e muito menos alugar ou manter uma casa na cidade.

Se a territorialização da agricultura capitalista monopolista também expõe o conteúdo e os significados do processo expansionista do modelo

grãos-proteína, como propõe Thomaz Junior e Bento (2015), na mesma medida as migrações revelam o lado visível de fenômenos invisíveis. No entanto, mesmo não reconhecendo aqui a migração como forçada, o fato é que as trajetórias sociais dos trabalhadores e trabalhadoras migrantes passam a ser tão aviltadas quanto os próprios territórios onde sua apropriação pelo capital está sendo realizada.

Em relação à migração assistida por uma rede, quem convida a pessoa a deslocar-se para trabalhar em uma cidade interiorana e em um polo econômico como Rio Verde são outros migrantes com relações familiares ou sociais de afetividade. O migrante que é convidado, recebido, abrigado e amparado por essa rede socioafetiva, seja de parentes ou de amigos próximos, parece não estar sozinho.

Identifica-se, assim, uma das principais características da migração nordestina na cidade de Rio Verde, e talvez em outras interioranas, que recebem trabalhadores das regiões Norte e Nordeste do país, que é a formação de uma Rede Socioafetiva de Migração. Isso significa que, apesar de ser o emprego o vetor migracional, são as pessoas do entorno social e afetivo mais próximo dos migrantes que tornam o deslocamento possível. São essas pessoas as responsáveis pela facilitação e, em muitos casos, por custear a mobilidade do trabalhador que sequer possui recursos para se deslocar ou alugar e manter uma casa na cidade.

Isso guarda uma proximidade conceitual com as chamadas redes de apoio socioafetiva para famílias em situação de risco, proposta por conselhos tutelares. Nelas, as psicólogas Brito, Nascimento e Rosa (2018, p. 180) evidenciam que “a principal rede de apoio social e afetiva é geralmente composta por familiares, parentes, amigos e vizinhos. Em famílias de classes populares, percebe-se a participação intensa dessa rede de apoio no cuidado dos filhos, observando-se uma lógica de solidariedade entre as famílias”.

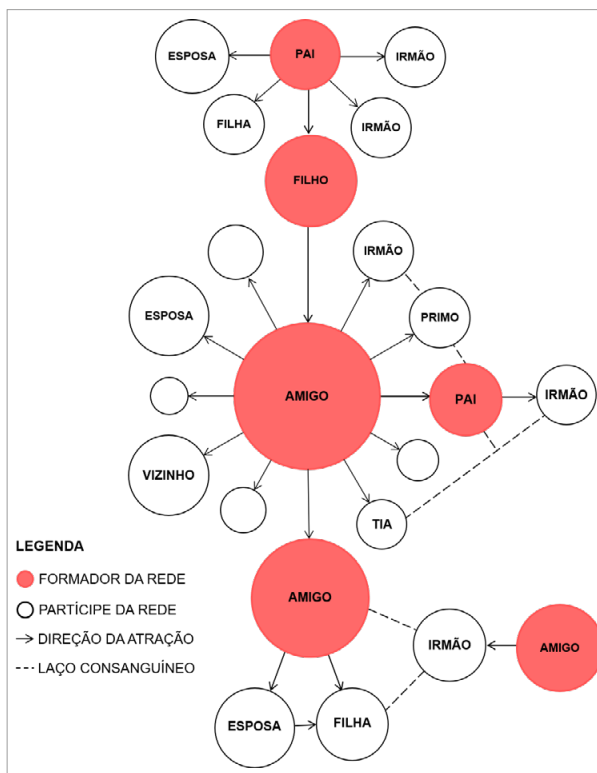
Isso acontece com o trabalhador migrante nordestino que é trazido e acolhido pelo seu núcleo ou núcleos sociais e afetivos que já tinha na cidade de origem ou que criou mesmo durante o trajeto de ônibus até Rio Verde. Esses núcleos de solidariedade também se formam facilmente na busca por emprego e nas atividades do dia a dia com os demais conterrâneos nordestinos.

Por outro lado, é fácil perceber nas falas do migrante a dificuldade de estreitamento de relações com a população nascida em Rio Verde ou em Goiás, seja porque ela já tem formatado seu núcleo, seja porque existe um preconceito oculto nas estruturas sociais, como foi apresentado nas cartas de vida dos trabalhadores nordestinos migrantes em Soares (2020).

Para melhor compreensão dessa nova configuração socioterritorial da migração, foi desenvolvido um diagrama para compreensão do que chamamos Rede Socioafetiva de Migração. Foi possível representar, em forma de um grafo, a estrutura da rede socioafetiva que vem sendo tecida por esses trabalhadores. Esse tipo de rede se encaixa perfeitamente, pois, conforme Martinelli (2014), “o grafo compõe uma rede geográfica, isto é, um mapa como os das redes de vias de circulação redesenhado por linhas retas ligando pontos. Quando os grafos são direcionados, denominam-se dígrafos e passam a exibir flechas nas conexões.”

Na Figura 3 está o dígrafo da Rede Socioafetiva de Migração nordestina em Rio Verde, a partir dos dados colhidos nas conversas e nas cartas de vida. Tal rede foi elaborada para esmiuçar as relações do migrante formador da rede com sua família e demais nordestinos que já faziam ou passaram a fazer parte do seu núcleo social em Rio Verde. Nessa construção de rede, tanto o formador quanto os partícipes se beneficiam com apoio mútuo.

**Figura 3 – Rede Socioafetiva de Migração Nordestina em Rio Verde, Goiás, em 2020**



Fonte: Pesquisa de campo, 2019 e 2020. Elaborado pelo autor (2019-2020).

Como a rede de contato é, em sua maior parte, restrita a um ambiente bem específico, familiar, de contato próximo, foi possível rastrear o primeiro migrante da rede para caracterizá-la. Com o aplicativo de análise exploratória de dados, foram testados vários tipos e níveis de gráficos e de redes até que fosse possível isolar as singularidades e descobrir intuitivamente os padrões existentes na formação da Rede Socioafetiva de Migração Nordestina.

Os sujeitos circulados em vermelho são aqueles formadores de rede socioafetiva, enquanto que os circulados em preto são os partícipes daquela. Estes, também poderão formar suas redes futuramente. A linha pontilhada enseja algum grau de parentesco sanguíneo que acontece entre os participantes da mesma rede ou até de redes distintas.

O formador de rede, muitas vezes, é o sujeito economicamente mais estável do grupo. Na quase totalidade das situações assimiladas, ele é quem custeia a passagem ou busca meios para trazer seus familiares, amigos ou vizinhos. Com isso, gera um sentimento de gratidão por parte de quem veio e a própria formação de uma dinâmica na qual o sujeito que foi trazido se vê na obrigação moral de justiça social de trazer outras pessoas do seu círculo socioafetivo assim que seja “fichado” em algum tipo de emprego. No léxico utilizado pelo migrante, ser fichado significa ter a carteira assinada com determinada atividade, o que lhe credencia a dizer para outros possíveis empregadores que está apto para aquele serviço ou atividade.

Se de um lado os partícipes passam a ver o formador da rede como seu principal ponto de apoio na nova cidade, de outro, o próprio formador da rede passa a contar com a colaboração dos partícipes aos quais auxiliou na chegada à cidade. Essa rede é importante para os dois seguimentos, pois a permanência do migrante na cidade é fortalecida a partir dessa rede socioafetiva, que depois será ampliada com a oferta dos equipamentos públicos de serviços, como saúde, educação, segurança, entre outros.

Em um outro modelo avançado dessa rede, surge a rede de influências sociopolíticas, que extrapola a questão socioafetiva e se constitui como uma rede com interesses de outras naturezas. Exemplo disso é a eleição do nordestino Chico KGL, morador de Rio Verde há 25 anos, que acabou sendo eleito vice-prefeito em 2016 e deputado estadual em 2018 em virtude dos préstimos feitos à comunidade nordestina nos bairros onde atua. Ainda, gerava emprego e renda no seu comércio de supermercado, que contratava em torno de 80% da mão de obra vinda da região Nordeste do país.

Nesse enredo, foi traçado o perfil do sujeito que perfaz, via de regra, um homem de baixa escolaridade e em busca de trabalho braçal. Isso demonstra que foi possível reconhecer suas dificuldades e limitações, bem como as condições de submissão a que é exposto. Também, entra em questão a precarização do trabalho e os baixos salários em relação ao custo de vida local, que leva o trabalhador nordestino a se espalhar pela cidade, mas, principalmente, se direcionar aos bairros mais segregados.

Essa precarização da atividade laboral e a periferização da moradia mostram que a rede socioafetiva nordestina está intrinsecamente ligada à produção e ocupação territorial da cidade de Rio Verde. Ademais, foi mapeada a territorialização do migrante nordestino em Rio Verde a partir dos bairros de moradia.

Em relação aos municípios de origem dos migrantes trabalhadores nordestinos, com alguma variação, eles continuam sendo aqueles mesmos apontados há décadas por Josué de Castro (1991). Assim, será apresentada uma Rio Verde nordestina, que é ampla e diversa nas suas origens, embora exista a superioridade do migrante baiano e maranhense. Nessa multiplicidade, foi possível levantar, por meio do Banco Multidimensional de Estatísticas (BME) do IBGE, várias características socioeconômicas em comum do grupo, entre elas: sexo, grau de instrução, rendimento, tempo de moradia em Rio Verde etc.

Reconhecer as dimensões territoriais e as territorialidades do trabalhador migrante nordestino na cidade é, próximo do que propõe Vale (2007), entender a gênese da migração interna em uma cidade de agricultura capitalista e analisar a territorialização do nordestino no espaço urbano da cidade de Rio Verde. Em um primeiro momento, isso significa identificar as várias dinâmicas sociais advindas do fluxo migratório após a década de 1980. Da mesma forma, esse processo de territorialização é explicitado nas dimensões econômicas, políticas e culturais, ou seja, nas expressões do engendramento do sujeito social em um território até então completamente árido de sua identidade.

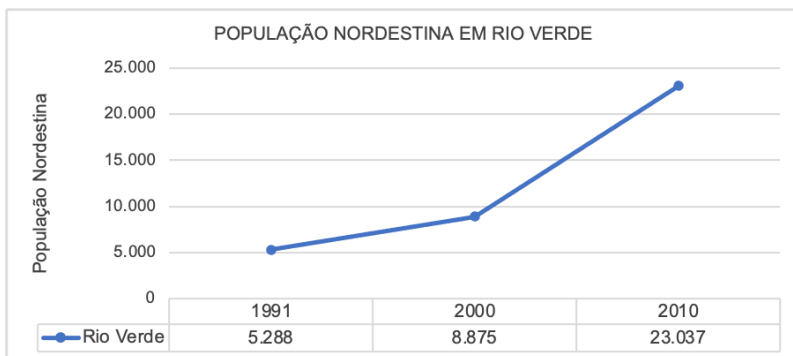
Entre as contribuições deste livro, o primeiro é de cunho científico, pois abre-se um leque de possibilidades para outras pesquisas e estudos aprofundados sobre o migrante nordestino na cidade de Rio Verde e no país. Ademais, a pesquisa gera uma curiosidade científica sobre outras temáticas afetas à população local e não somente sobre a questão da produção/produtividade do modelo de agricultura monopolista, como de costume nos trabalhos científicos. Desse modo, espera-se servir de fio condutor para outros estudos sobre as demandas e os anseios da população nativa ou migrante de Rio Verde, Goiás.

Na mesma via, pretende aproximar e promover uma interação mais próxima e eficaz da comunidade acadêmica com a administração pública municipal, uma vez que está pesquisando e produzindo conhecimento

científico sobre uma parte considerável da população rio-verdense – no caso, o migrante nordestino. Assim, os resultados servem para balizar tanto os processos decisórios da gestão pública quanto, se for o caso, à melhoria das condições de vida desse importante grupo, na medida em que esses trabalhadores contribuem com a cidade enquanto mão de obra e mercado consumidor.

Na rede socioafetiva de migração, todos os trabalhadores nordestinos migrantes são potenciais formadores de rede, haja vista que vieram para melhorar sua condição de vida. Isso se verifica, por exemplo, no Gráfico 8, no qual é apresentado o crescimento da população nordestina para os últimos 30 anos: 1991, 2000 e 2010.

**Gráfico 8** – População nordestina em Rio Verde, Goiás, dos anos 1991, 2000 e 2010



Fonte: IBGE (2010). Censos Demográficos 1991, 2000, 2010.

Boa parte desse aumento populacional nordestino credita-se, por exemplo, à instalação da agroindústria Perdigão a partir de 1997, com início das atividades em junho de 2000, quando entrou em operação a unidade de suínos. Vale recordar que no ano de 2009 as empresas Perdigão e Sadia iniciam o processo de fusão das operações das duas companhias, resultando na criação da Brasil Foods S.A. (BRF).

Vale lembrar que nos idos do ano de 2013, os meios de comunicação como rádio e televisão, propalavam notícias de que a cidade de Rio Verde era uma máquina de oportunidades de emprego. Isso fez com que uma quantidade superior ao normal de ônibus chegasse à cidade lotados de migrantes, cada qual trazendo na bagagem sua história de vida.

A todo momento e em qualquer local da cidade, é possível encontrar um nordestino sempre entusiasmado em contar sua história de ontem e de hoje. Uma das formas de retratar a busca pelo emprego e a saudade de quem migra com a família foi desvelada por meio das Cartas de Vida. Escritas pelos trabalhadores migrantes nordestinos, as cartas expõem a palavrando de que tanto versa Freire (2016). Assim, um dos trechos retirados da pesquisa de Soares (2020) nos fala:

Deu medo. Muito medo. Mas eu queria trabalhar, muita gente já tinha vindo, meu pai e minha mãe não podiam vir. Eu tinha que vir, foi muito difícil. Eu morava numa cidadezinha de 1.800hab, conhecia todo mundo, todo mundo me protegia, aí com pouco mais de 20 anos, né, mudava toda a minha vida, eu não vou mentir, chorava muito. Morava só, fazia comida, lavava a roupa – isso foi bom. Logo eu aprendi a me virar. Tinha uma carência grande, quase voltei várias vezes. Teve pessoas que viam que eu morava sozinho, então me ajudavam. Valeu a pena, pois eu sabia que tinha que trabalhar, dar um jeito, a minha vontade era vencer e ajudar o meu pai a minha mãe. Eu pensava nisso, isso me deu força. (*apud* Soares, 2020).

A perplexidade de se encontrar num lugar desconhecido e a ausência de intimidade com o território foram subjetivados na responsabilização com os trabalhos. Na carta, o lugar de origem é narrado positivamente pela sociabilidade, mas silenciado no campo da oferta do trabalho. Os estigmas impostos pelo processo de migração podem ser lidos no desenraizamento, nas angústias, dúvidas e na resistência das dinâmicas do antigo território com o novo.

São situações como essa que expõem a necessidade de intervenção de políticas públicas dirigidas. Entre elas, a aproximação cultural com a construção de um Centro de Tradições Nordestinas (CTN), uma melhor remuneração por parte de empresas com grandes lucros ou até o pagamento de subsídios para que os migrantes possam visitar a família nas férias e oxigenar suas relações afetivas e de emprego. Esses e outros projetos, incluindo a melhoria dos serviços públicos e dos equipamentos urbanos nos bairros periféricos, trariam uma ampliação no sentido de pertencimento e uma diminuição naqueles estigmas e preconceitos pessoais e coletivos vividos pelos migrantes nordestinos.

Chegar em Rio Verde pode, ao mesmo tempo, despertar desejo e vontade de prosperar econômica e socialmente, mas com o passar do tempo pode se tornar mera ilusão diante das poucas conquistas obtidas com o esforço braçal diuturno. Afinal, para quem chega ou quem sai, a porta pode acabar sendo a mesma: a da rodoviária municipal.

## **Rodoviária de Rio Verde: a porta de entrada do trabalhador migrante nordestino**

A porta de entrada do trabalhador migrante nordestino é, muitas vezes, a mesma da saída. A Rodoviária Municipal de Rio Verde é a por onde entram e saem todos os dias dezenas de nordestinos, ora em busca de emprego, ora para voltar à sua terra natal e família. É o local que representa o primeiro contato do migrante com a cidade e, por isso, pode-se dizer que é o primeiro ponto de acolhida. Aos olhos do pesquisador, o perceptível descuido com a estrutura do terminal rodoviário já dá o recado. Mesmo que o migrante pense que ao mudar de cidade vá resolver sua situação social, a falta de cuidado com o principal local de entrada do migrante já demonstra a falta de zelo com quem chega para buscar uma nova vida e, ao mesmo tempo, contribuir com o crescimento da cidade.

Assim, a estrutura física do terminal rodoviário, o primeiro local de acolhida do migrante e futuro trabalhador e morador da cidade, se encontra em condições precárias. Após ter sido considerada uma das piores rodoviárias do Brasil, mesmo após uma reforma finalizada em 2014 que durou 3 anos, os quesitos higiene, segurança e acessibilidade são insuficientes. Isso significa que, de certa forma, mesmo com a mobilização do setor responsável pelo recebimento e acolhida dos migrantes, o descaso com estes cidadãos já começa na chegada.

Com movimentação intensa e típica de um polo atrativo, no corredor da entrada já estão as lojas das empresas de ônibus que vendem passagens para o Nordeste e outras regiões, como exposto na Figura 4.

**Figura 4** – Lojas de vendas de passagens na Rodoviária de Rio Verde-GO.



Fonte: Arquivo do autor (2019).

No levantamento realizado com as empresas, o número de ônibus e pessoas que chegam é bem superior ao número de saída. Por exemplo, na empresa Expresso São Luiz, existem ao menos cinco horários de chegada do Nordeste, enquanto são apenas três os de partida.

Nos painéis da Figura 5, é notório o predomínio dos destinos de vinda e ida para o Nordeste quando comparada às outras regiões do país. Ao todo, são pelo menos cinco empresas ou associadas que se distribuem entre as capitais, o interior e o litoral dos nove estados nordestinos, trazendo e levando diariamente migrantes para além das 50 cidades que os painéis apresentam.

Figura 5 – Destinos para as cidades nordestinas partindo de Rio Verde-GO.



Fonte: Arquivo do autor (2019).

Em virtude dos elevados custos da passagem, da demora da viagem e do gasto no deslocamento, os trabalhadores acabam por migrar sozinhos ou amparados por amigos para que depois possam trazer a família. Uma vez que as empresas de ônibus pegam passageiros por todo trajeto e paragens dos quase 1.806 municípios nordestinos, é impossível rastrear todos os itinerários que partem dos estados nordestinos em direção à cidade de Rio Verde. Vale lembrar que em meio aos sonhos de vitória e conquista para quem chega, alguns acabam se tornando histórias de desilusão que serão levadas para o Nordeste a partir da mesma rodoviária.

Na Tabela 3, um indicativo das rotas e do custo das viagens para o ano de 2020. De antemão, é possível observar que alguns dos valores permanecem em aberto devido à retirada das rotas em decorrência da covid-19. Ao mesmo tempo, percebe-se que as principais rotas de migrantes que levam ao estado da Bahia e ao Maranhão foram mantidas, em razão do elevado número de migrantes.

**Tabela 3 – Destino das passagens de Rio Verde-GO para a região Nordeste**

ESTADO	DESTINO	TEMPO	VALOR (R\$)
ALAGOAS	MACEIÓ	1d 18h	524,65
	Arapiraca	1d 15h	589,16
BAHIA	<b>SALVADOR</b>		
	Barreiras	14h	211,75
	Coribe		
	Correntina	18h 35'	231,25
	Feira de Santana	1d 15h	413,93
	Itaberaba	1d 11h	383,93
	Jaborandi		
	Jacobina		
	Jequié		
	Luis Eduardo Magalhães	14h 40'	230,94
	Milagres		
	Morro do Chapéu		
	Porto Seguro		
	Santa Maria da Vitória		
	Santana		
	Seabra	1d 10h	313,93
	Senhor do Bonfim	1d 18h	382,36
	Tabocas do Brejo Velho		
	Vitória da Conquista		
CEARÁ	<b>FORTALEZA</b>	3d 19h	813,75
	Aracati		
	Brejo Santo	1d 16h	420,46
	Iguatu		
	Juazeiro do Norte	2d 15h	574,77
	Mombaça		
	Sobral		

ESTADO	DESTINO	TEMPO	VALOR (R\$)
MARANHÃO	<b>SÃO LUÍS</b>		
	Açailândia	1d 9h	222,13
	Bacabal	1d 17h	307,13
	Caxias	1d 18h	297,13
	Estreito	1d 7h	172,13
	Imperatriz	1d 10h	182,13
	Santa Inês	1d 7h	267,00
	Timon	1d 21h	358,03
PARAÍBA	<b>JOÃO PESSOA</b>	2d 7h	516,24
	Cajazeiras	1d 17h	362,00
PERNAMBUCO	<b>RECIFE</b>	1d 23h	560,62
	Caruaru	1d 21h	546,37
	Petrolina	1d 14h	322,90
	Salgueiro	2d 13h	558,47
PIAUI	<b>TERESINA</b>	1d 14h	312,91
	Floriano	1d 10h	284,41
	Picos	1d 8h	312,00
	Piripiri	1d 18h	331,91
	Regeneração	1d 12h	293,91
RIO GRANDE DO NORTE	<b>NATAL</b>	2d 11h	573,57
	Apodi		
	Mossoró		
SERGIPE	<b>ARACAJU</b>	1d 12h	501,24

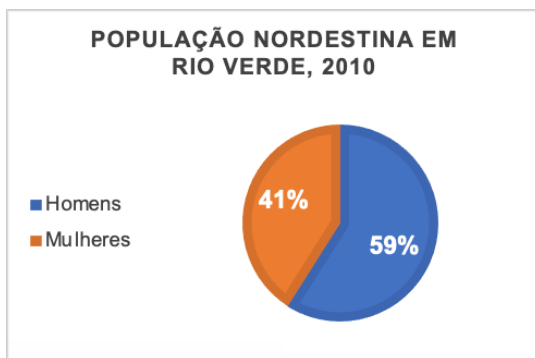
Fonte: Valores entre março e junho de 2020 na Rodoviária Municipal de Rio Verde.

Com um custo médio para migrar que compromete em média 1/3 do salário-mínimo, fica praticamente impossível para o trabalhador desempregado trazer a família toda e, às vezes, mais parentes de uma só vez. Assim, boa parte dos migrantes vem sozinhos e somente após serem amparados pela rede socioafetiva de conterrâneos ou parentes

que já estão em Rio Verde é que irão tentar poupar o salário para trazer seus entes depois de seis meses ou mais.

Via de regra, foi identificado nas falas dos sujeitos que a migração familiar geralmente é precedida pelo homem. No Gráfico 9, é apresentada a distribuição, por sexo, da população nordestina migrante em Rio Verde para o ano de 2010, que comprova a prevalência de migrantes do sexo masculino:

**Gráfico 9** – Distribuição, por sexo, da população nordestina de Rio Verde-GO, em 2010



Fonte: IBGE (2010).

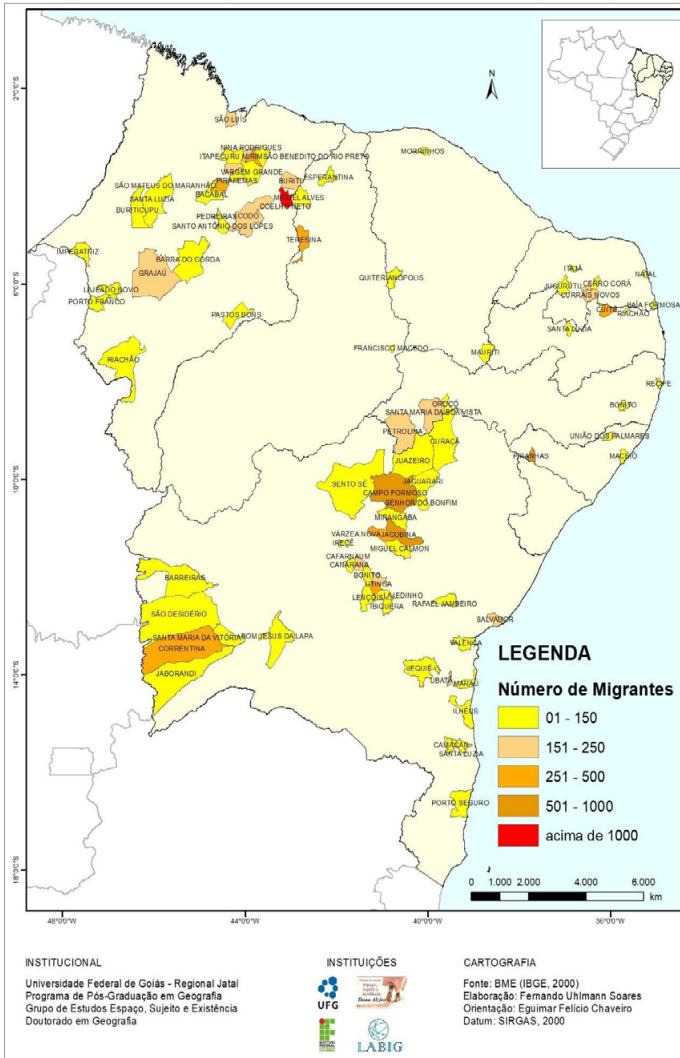
O elevado número de homens entre a população nordestina migrante evidencia, em geral, uma das principais características dos tipos de migração que é o deslocamento do homem em busca de trabalho, ainda baseado no modelo de provedor da família. Em se tratando de Brasil e da herança coronelista do Nordeste, é possível entender a presença de quase 60% de migrantes homens, enquanto a presença feminina é representada pelos outros 40%.

Para identificar a provável origem dos migrantes nordestinos em Rio Verde, foram mapeadas as cidades para as quais partem os ônibus de Rio Verde e aqueles com conexão em Goiânia.

A partir do Mapa 3, é possível identificar os principais municípios de origem dos trabalhadores. Os Estados da Bahia e do Maranhão aparecem como os mais conectados com Rio Verde através do transporte rodoviário interestadual. A correspondência em relação ao tipo de trabalho agroindustrial reforça a migração entre esses polos.

Tal levantamento corrobora com os dados de origem do maior número de migrantes para Rio Verde. Exemplo disso é o município de Coelho Neto, hachurado em vermelho, no Maranhão, que contribuiu com o maior contingente de nordestinos.

**Mapa 3 – Municípios de origem do migrante nordestino em Rio Verde-GO, em 2010**



Fonte: IBGE (2010).

No que pese Bahia e Maranhão possuírem as maiores áreas territoriais do Nordeste, estão entre as maiores populações com menor IDH, o que pode representar um motivo pela maior presença das duas naturalidades no município de Rio Verde.

Mais precisamente, Bahia acaba sendo a maior população nordestina residente tanto em Rio Verde quanto em Goiás. Além de ser o maior estado nordestino em dimensão e em população, a Bahia possui rodoviárias muito próximas umas às outras, como acontece no oeste baiano já na divisa com Goiás. Ali estão as cidades de Jaborandi, Correntina, Coribe, Santa Maria da Vitória, Tabocas do Brejo Velho. Já na divisa com Tocantins estão Luís Eduardo Magalhães e Barreiras, onde existem cidades de agricultura capitalista com dinâmica semelhante à de Rio Verde. Esse elevado número de destinos mostra que, enquanto o Nordeste segue sendo uma região de dispersão, o estado de Goiás, conseqüentemente, se torna uma região de atração.

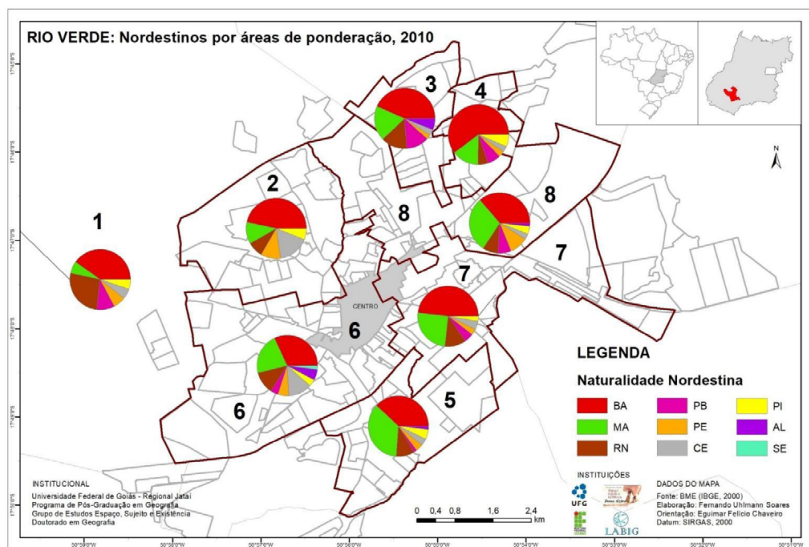
### **Rio Verde nordestina: a nova morada do migrante**

Descrever a situação do trabalhador nordestino em Rio Verde é uma das formas científicas de investigar suas relações interpessoais e territoriais travadas nessa cidade. Tal como alude o professor Sposito (2008), a divisão territorial do trabalho é fundamental para a compreensão da rede urbana e, complementarmente, da vida do sujeito.

Dito isso, podemos afirmar que a formação de uma rede socioafetiva de migração nordestina está intrinsecamente ligada à produção e ocupação territorial da cidade de Rio Verde. Para tanto, essa cidade teve os seus quase 200 bairros sobrepostos pelas áreas de ponderação delimitadas pelo IBGE para que pudessem ser analisados os dados quantitativos do Banco Multidimensional de Estatísticas.

Assim, no Mapa 4, identificou-se a distribuição territorial dos grupos de nordestinos, conforme a naturalidade, pelo perímetro urbano de Rio Verde.

**Mapa 4 – Distribuição dos nordestinos por naturalidade em Rio Verde, Goiás, 2010**



Fonte: IBGE (2010).

Muito embora seja comum ouvir pela cidade que determinado bairro pertence a essa ou aquela naturalidade de migrante, o mapa em questão apresenta uma dispersão territorial do trabalhador nordestino e sua família por toda a cidade. O empirismo que circula pelas ruas da cidade tem outra determinação, a concentração de sujeitos de uma mesma Rede Socioafetiva de Migração ao longo de duas, três ou mais quadras do mesmo bairro.

Esse sotaque uníssono leva a uma identificação empírica ou popular de que o bairro pertence a este ou a aquele grupo. Na realidade o que existem são áreas ou quadras com um certo grau de parentesco ou amizade que foram formadas pela ocupação habitacional das próprias redes socioafetivas, ou seja, de conterrâneos.

O que se pode afirmar categoricamente é que o grupo de baianos, maranhenses e potiguares aparecem com maior visibilidade em todos os bairros, pois possuem os maiores contingentes populacionais. Em relação aos números, existe um percentual maior de concentração de migrantes nordestinos nos bairros periféricos. As três principais áreas

com maior população desses sujeitos estão localizadas na periferia da cidade, seguida pelo centro.

A área de ponderação número oito é a que possui o maior contingente populacional de nordestinos com um representativo de 24%. Abrange em torno de 20 (vinte) bairros periféricos notoriamente povoados por trabalhadores. Alguns desses bairros, como o Pauzanes e o Popular, concentram uma gama de empresas no setor terciário. Enquanto o primeiro é voltado principalmente para o setor de peças e maquinário agropecuário e industrial, no segundo bairro se desenvolveu o ramo da venda de vestuário. Não diferente, é normal encontrar trabalhadores migrantes nordestinos no atendimento de balcão e nos serviços gerais dessas lojas.

Bem diferente no que tange à dinâmica econômica, as duas outras áreas de ponderação com maior população nordestina periférica são, sobretudo, bairros residenciais de trabalhadores. Por exemplo, a de número cinco abrange 17% da população e passa por processos de expansão territorial com a abertura de loteamentos, como Promissão, Setor dos Funcionários e Gameleira. Neles, antigas fazendas foram desmembradas e deram espaço a novos loteamentos e, conseqüentemente, a especulação imobiliária. Como a elevação no preço do aluguel passa a não ser condizente com o salário do migrante, este acaba se deslocando para bairros mais afastados do centro.

No mesmo sentido, a terceira área de ponderação periférica mais populosa é a de número quatro, que abrange 13,5% dos nordestinos. Em se tratando de bairros de moradia mais afastados da região central, não eram incomuns os relatos nos telejornais sobre a situação de violência e marginalidade social. A despeito do ineficiente e precário transporte coletivo destinado à população, a distância dificulta a mobilidade do trabalhador, e, como se trata de uma cidade com custo de vida elevado, alguns desses bairros são resultados de ocupação e posse por parte da população. Via de regra, a efetivação da escritura dos terrenos passa a ser objeto de reivindicação e, ao mesmo tempo, instrumento de barganha de votos pelos políticos.

Apenas nas três áreas periféricas descritas, a ocupação nordestina é de 54,5% desta população. Como a morada principal do migrante são os bairros periféricos, o centro da cidade, representado pela área de

ponderação número seis, é a quarta mais populosa e abriga 12,5% dos nordestinos. Essa área perfaz o bairro centro e seus quase 50 outros adjacentes. Muito embora existam muitos bairros diminutos, o que chama a atenção é que mesmo sendo áreas mais tradicionais e valorizadas, concentram a quarta maior população nordestina de Rio Verde.

Nesse caso, ocorre uma periferização da zona central e uma correspondente precarização das habitações. Uma vez que o custo do aluguel é elevado para o padrão salarial identificado nos gráficos que serão analisados, resta ao trabalhador migrante nordestino se encaixar com a família ou com colegas de serviço em submoradias. Não raro, é possível ver pessoas morando coletivamente em casas, quitinetes, guetos ou até cortiços formados por residências antigas e insalubres para ficar próximo do local de trabalho e diminuir o custo de vida. Vale ressaltar que a ocupação precária decorrente da especulação imobiliária local é, conforme averiguado, um dos problemas que mais saltam aos olhos do migrante nordestino.

Na Tabela 4, estão identificadas todas as áreas de ponderação e os respectivos bairros de abrangência. As áreas - 08, 05, 04, 06 -, hachuradas em tom escuro, são aquelas onde há bairros com predomínio de população migrante nordestina. Confirma-se, assim, que os principais bairros de moradia dos migrantes são os periféricos e, depois, o centro da cidade.

**Tabela 4** – Bairros de Rio Verde-GO e áreas de ponderação do IBGE, 2020

ÁREA DE PONDERAÇÃO	Nº de BAIROS	BAIRRO/SETOR	NORDESTINOS (%)
1	48 (parte deles sem nomes).	Jardim Floresta, Cidade Empresarial Nova Aliança, Cidade Empresarial Nova Aliança 2, Nilson Veloso, Vale das Araras, Residencial Campos Elísios, Reserva do Parque, Recanto das Emmas I, Santa Clara, Rio Verdão, Boa Vista, Estoril, Nova Aliança, Portal dos Ipês, Balcon, Residencial Bela Vista, Residencial Portal do Sol, Loteamento MPK Center, Alto da Serra, Vila Romana, Jardim Europa, Condomínio Vale dos Burititis	6

ÁREA DE PONDERAÇÃO	Nº de BAIROS	BAIRRO/SETOR	NORDESTINOS (%)
2	21	Vila Serpro, Residencial Solar dos Ataídes I, Residencial Solar dos Ataídes II, Residencial Green Park, Jardim Neves, Setor Morada do Sol, Vila Menezes, Parque Betel, Vila Dona Auta, Setor Santa Luzia, Bairro das Acácias, Conjunto Morada do Sol, Residencial Interlagos, Parque dos Jatobás, Setor Universitário, Residencial Canaã, Residencial Araguaia, Vila Verde, Vila Moreira Ataídes, Jardim Mondale, Residencial Canaã II, UNIRV	6
3	10	Eldorado, Maurício de Nassau Arantes Lisboa, Conjunto Valdeci Pires, Eldorado Prolongamento, Solar Monte Sião, Primavera, Liberdade, Anhanguera, Parque Dom Miguel, DIMPE	11,6
4	6	Martins, Martins Prolongamento, São Joaquim, Residencial Arco Íris, Céu Azul, Parque dos Girassóis	13,7
5	21	Residencial Jardim Helena, Residencial Atalaia, Vila Santa Cruz, Vila Santa Cruz II, Jardim São Tomaz II, Dona Ilza, Loteamento Serra Dourada, Mariana, Mariana Prolongamento, Mariana Prolongamento II, Maria Rocha Village, Promissão, Setor dos Funcionários, Gameleira, Residencial Gameleira, Santo Antônio, Jardim São Tomaz, Residencial Parque das Paineiras, Residencial Recanto do Bosque, Rocha Jaime Conjunto Habitacional, Vila Capri	17

ÁREA DE PONDERAÇÃO	Nº de BAIROS	BAIRRO/SETOR	NORDESTINOS (%)
6	51	Jardim Eleonora, Residencial Lausanne, Residencial Jardim Campestre, Residencial Villa Mafiori, Parque Buritis, Parque dos Buritis II, Jardim Cruvinel, Vitória Régia, Odília, Bairro Medeiros, Vila Olinda, Vila Santa Bárbara, Residencial Tocantins, Prolongamento Jardim América, Setor Oeste, Jardim Diniz, Vila Santo André, Jardim Marconal, Villagio Terracotta, Residencial Água Santa, Setor Campestre, Parque das Laranjeiras, Parque das Laranjeiras Prolongamento, Jardim Presidente, Parque Solar do Agreste Gleba B, Jardim Adriana, Vila Rocha, Vila Baylão, Vila Baylão Prolongamento, Vila Carolina, Vila Dinara, Jardim Bela Vista, Centro, Vila Moraes Prolongamento A, Vila Modelo, Zona Industrial II, Residencial Engracia Vaz, Setor Barrinha, Parque Solar do Agreste A, Corredor Público, Bairro de Lurdes, Vila Rosalina, Vila Moraes, Green Life Residence, Residencial Parque dos Ipês, Residencial Pôr do Sol, Jardim Boungainville, Condomínio Residencial Via Felice, Jardim das Orquideas, Condomínio Residencial Saint Martin, Jardim Esperanza	12,5
7	21	Maristela, César Bastos, Residencial Veneza, Parque Bandeirante, Parque Bandeirante Prolongamento, Industrial I, Industrial II, Jardim Margarida, Vila Maria, Nova Vila Maria, Jardim Goiás, Vila Mutirão, Paraguassú, Jardim Brasília, Vila Renovação, Vila Amália, Vila Amália II, Alvorada, Setor Alvorada Prolongamento, Rodobens, Zona de Serviço	9
8	20	Residencial dos Buritis, Santo Agostinho, Vila Borges, Vila Borges Prolongamento A, Lindolfina, Vila André Luiz, Popular, Dona Gercina, São Felipe, Jardim América, Vila Gomes, Área Anexa DMER, Residencial Maranata, São João, Pauzanes, Santo Antônio de Lisboa, Condomínio Solar do Bosque, Monte Sinai, Parque Diamante	24

Fonte: IBGE (2020).

Como estão sendo construídos nas periferias vários edifícios e condomínios fechados que atendem a classe média/alta, fica praticamente

impossível dos trabalhadores nordestinos manterem a moradia próxima ao emprego. Com a especulação imobiliária vem a valorização local e muitos acabam sendo obrigados a se afastar ainda mais e a mudar de residência em busca de valores de aluguéis mais baratos. Na inexistência ou precarização do transporte coletivo, na falta de conforto ambiental na moradia, na dificuldade em comprar alimentos compatíveis com o salário e outras situações, surgem as dificuldades de promoção e manutenção da vida.

Em relação às áreas de ponderação de números 1 e 2, estas possuem os menores percentuais de moradia de migrantes nordestinos. Observa-se que como agrupam alguns bairros recém-criados a partir de loteamentos residenciais ou área industrial, a especulação imobiliária que se faz presente na região não alcança o poder aquisitivo do trabalhador migrante nordestino.

Na área número um, por exemplo, fica evidente o grande número desses loteamentos novos e de condomínios fechados de médio e alto padrão como o Vale das Araras, Residencial Campos Elísios, Reserva do Parque, Condomínio Vale dos Buritis, entre tantos outros.

Na área dois, em alguns bairros, como Setor Morada do Sol, Parque dos Jatobás, Setor Universitário, Residencial Interlagos, Vila Verde, entre outros, a concentração está voltada para um outro tipo de migração, a dos estudantes universitários. Como é polarizada pela Fundação Universidade de Rio Verde (FESURV) e pela Faculdade Almeida Rodrigues (FAR), alguns de seus bairros acabam abrigando, majoritariamente, estudantes e famílias de Rio Verde ou região, bem como funcionários da universidade. Os bairros mais distantes é que acabam servindo de moradia para o trabalhador migrante nordestino, como a Vila Serpro, Residencial Solar dos Ataídes I e II, Vila Menezes, Parque Betel, Setor Santa Luzia e outros.

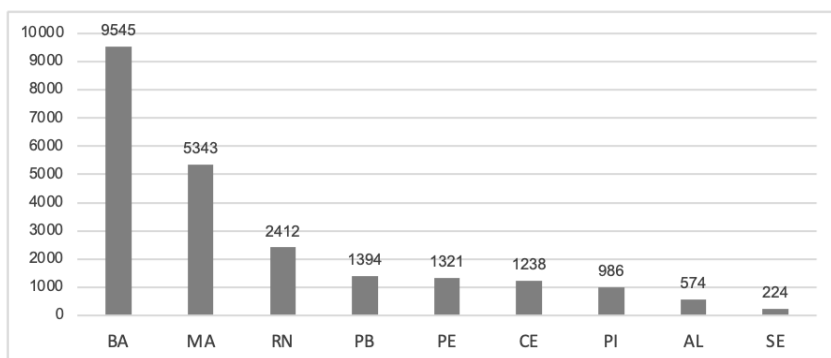
Constata-se, portanto, que a classe trabalhadora migrante nordestina enfrenta situações que vão além da precarização do trabalho. A precarização da vida e do morar é vista na segregação territorial. Ao chegar à cidade, o que resta aos sujeitos que migram de distintos estados da região Nordeste para o município de Rio Verde é, primeiramente, buscar se alojar em uma moradia geralmente coletiva. Consequentemente, muitos recorrem aos bairros distantes do centro que possuem casas populares,

transporte público e infraestrutura urbana precárias e equipamentos urbanos insatisfatórios.

Dos gráficos a seguir, é possível extrair a exata dimensão sobre a situação de vida do migrante nordestino em Rio Verde e alcançar um socioentendimento para que seja tecido um diagnóstico da realidade vivida.

Neste sentido, com o Gráfico 10 já é possível constatar a naturalidade predominante dos trabalhadores migrantes residentes em Rio Verde.

**Gráfico 10** – Naturalidade, por origem, do migrante nordestino em Rio Verde-GO, 2010



Fonte: IBGE (2010).

O Estado da Bahia, é representado com 41,5% do total de 23.037 pessoas. Maranhão e Rio Grande do Norte com, respectivamente, 23,2% e 10,5%, são as outras principais origens dos migrantes residentes no município goiano.

Mesmo em menor proporção, a presença de trabalhadores migrantes de outros estados, como Paraíba, Pernambuco, Ceará, Piauí, Alagoas e Sergipe, demonstra a naturalidade diversificada dos sujeitos. São homens e mulheres que se inserem na mobilidade espacial em busca de trabalho em Rio Verde, alguns para empregos temporários e outros para permanecerem no município.

Como se analisa no Gráfico 11, o tempo de residência no município goiano é importante para definir a que veio o migrante. Sobretudo, como a vida se realiza na travessia, é possível que os objetivos ao longo dela sejam alterados para suprir suas necessidades.

**Gráfico 11 – Tempo de residência do migrante nordestino em Rio Verde-GO, 2010**



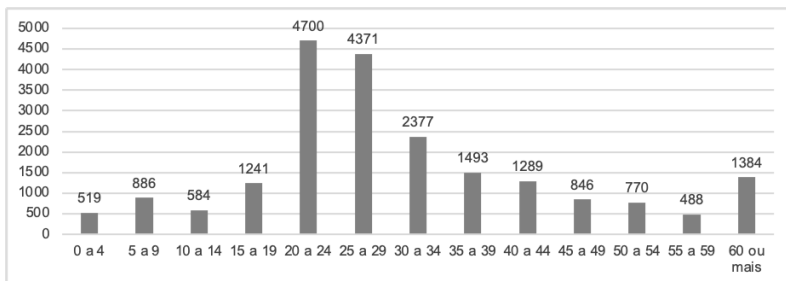
Fonte: IBGE (2010).

Se verifica que o tempo de residência dos trabalhadores migrantes nordestinos em Rio Verde, apesar de variado, tem uma predominância maior até os primeiros cinco anos e após os dez anos de moradia. Destaca-se que 10.129 migrantes (44%) nordestinos vivem no município em um período entre 1 e 5 anos; outros 3.046 (13,5%) entre 6 e 9 anos; ainda 6.640 (28%) há mais de 10 anos; e 3.276 (14,5%), há menos de 1 ano de residência.

Esses dados são pertinentes, pois se constata que uma parte dos migrantes, ao chegar em Rio Verde, estabelece moradia, traz ou constitui uma família e fixa vínculos empregatícios. A outra parte, que fica pouco tempo, mostra que a cidade não oferece atrativos de promoção da vida social. Apenas a existência de trabalho não é capaz de assegurar ao sujeito a permanência e, nesse sentido, as políticas públicas realizadas não parecem focadas nisso.

O Gráfico 12, referente à faixa etária do migrante nordestino, serve para confirmar que esses sujeitos se deslocam em busca de trabalho, haja vista que o principal grupo etário está na faixa que, via de regra, corresponde à População Economicamente Ativa (PEA).

**Gráfico 12** – Faixa etária do migrante residente em Rio Verde-GO, 2010



Fonte: IBGE (2010).

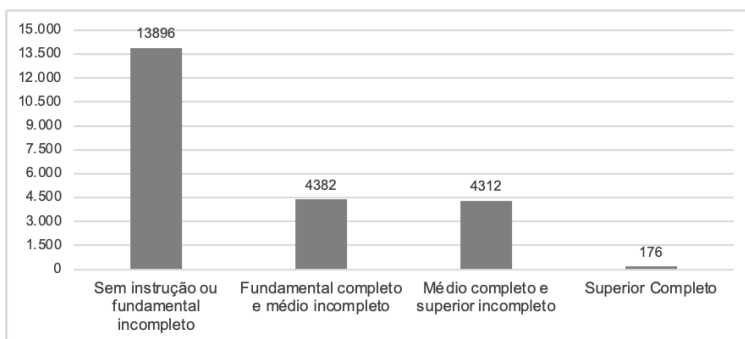
Isso significa que os grupos a partir dos 14 anos de idade representam o potencial de mão de obra, ou seja, aquela quantidade de sujeitos disponíveis para os diversos setores da economia ou trabalho. Disso, o maior número de migrantes nordestinos é contabilizado dentro da população ativa entre 20 e 29 anos de idade.

Entendendo que os 14 anos é a idade inicial para tirar a carteira de trabalho, isso explica o número ínfimo de jovens, de 0 a 14 anos, que migram. Eles representam quase duas mil crianças que, nas situações investigadas, se deslocam sombreados pelos pais. Em que pese, o número de idosos, acima de 60 anos, é menor ainda.

O resultado matemático leva a avaliar que, em tese, 85,5% dos migrantes estão disponíveis para o trabalho e os outros 14,5% representam a População Não Economicamente Ativa (PNEA). Claro que sem contabilizar crianças e idosos que trabalham na informalidade, sozinhos ou acompanhados, respectivamente, de seus pais ou filhos.

A partir dos dados sobre grau de instrução obtidos no Gráfico 13, é possível pressupor uma correlação analítica entre idade, tipo de emprego e salário.

**Gráfico 13** – Grau de instrução do migrante nordestino em Rio Verde-GO, em 2010



Fonte: IBGE (2010).

Em relação à escolaridade, 61% dos migrantes nordestinos não possuem instrução ou não têm o ensino fundamental completo. Outros 19,2% possuem o ensino fundamental completo, mas não têm o ensino médio. Ainda, 19% possuem o ensino médio completo e apenas 0,8% possuem ensino superior completo.

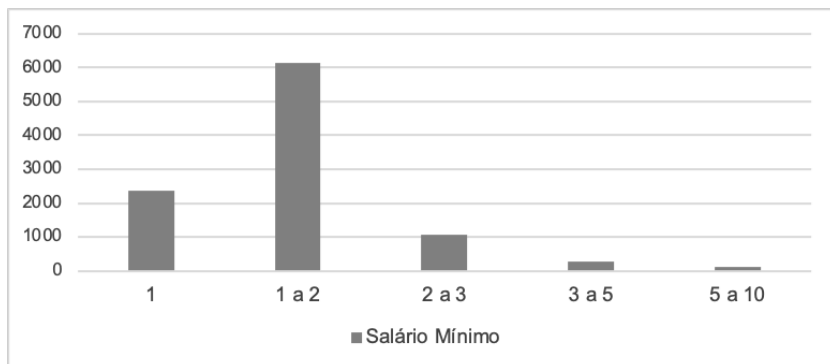
Por conseguinte, a baixa escolaridade dos trabalhadores migrantes nordestinos tem relação com a Divisão Social do Trabalho existente em Rio Verde, que resulta na inserção desses indivíduos em empregos precários, com baixos salários e informalidade. Essa situação se deve, sobretudo, ao grau de escolaridade que o migrante nordestino possui quando chega a Goiás. Entre as consequências da realidade da baixa escolaridade desses sujeitos estão os baixos rendimentos e a possibilidade de empregos em serviços que não requerem formação. Isso afeta, sobretudo, a pretensa mobilidade social que é buscada ao migrar.

É importante perceber também que nessa Divisão Social do Trabalho o trabalhador migrante nordestino ocupa as vagas dos serviços braçais, enquanto os sulistas e sudestinos as de gerência e chefia. Silva *et al.* (2003) corroboram isso, informando que os trabalhadores nordestinos que chegam à cidade de Rio Verde não possuem qualificação para competir pelos postos de gerência nas indústrias, que acabam sendo ocupados pelos sulistas.

Além da questão da escolaridade e da ocupação nos postos de trabalho, é destrinchado no Gráfico 14, o rendimento dos nordestinos

de 4 estados: Maranhão, Ceará, Bahia e Alagoas. Para os demais estados, não existem dados no IBGE/BME, o que leva a crer que muitos desses nordestinos estariam, à época, inseridos na economia informal ou sem carteira assinada.

**Gráfico 14** – Rendimento principal do migrante nordestino em Rio Verde-GO, 2010



Fonte: IBGE (2010).

Ao todo, existem dados salariais de 9.978 nordestinos, o que significa pouco mais de 43% do total de migrantes nordestinos em Rio Verde. Desse conjunto, aproximadamente 85,5% dos trabalhadores migrantes nordestinos têm a faixa principal de rendimento até 2 salários-mínimos. Isso demonstra como é possível encontrar homens e mulheres em condição de subemprego e de vulnerabilização social. Ainda mais levando em consideração o elevado custo de vida que é constantemente salientado pelos sujeitos durante as conversas exploratórias.

Essa situação implica em empregos que não exigem qualificação com nível técnico ou superior de ensino e, portanto, com baixa remuneração. Ademais, é pontual a presença de trabalhadores informais sem vínculo contratual ou qualquer garantia capaz de fortalecer a dignidade em termos de alimentação, moradia, direitos trabalhistas e educação dos homens e mulheres migrantes nordestinos que vivem em Rio Verde.

Consequentemente, a presença dos trabalhadores migrantes nordestinos em Rio Verde, não só como força de trabalho explorada, mas também como homens e mulheres que praticam e expressam suas

tradições culturais por meio da língua, culinária, música e dança, resulta em distintas formas de representação social.

Fundamentado no contexto pesquisado, a realização da vida pelo trabalho, ainda que no trabalho duro, enfatiza a cooperação dos amigos e o envolvimento da família. A solidariedade, expressa entre as mãos que migram, é a consolidação de uma Rede Socioafetiva de Migração que está em constante formatação. Ser solidário com o conterrâneo é, sobretudo, demonstrar pertencimento a um grupo e compartilhar dificuldades e anseios.

O corte dos laços afetivos, culturais e econômicos que a migração laboral ocasiona é, em parte, substituído pelo esforço mútuo que a rede propicia na formação de uma nova família. Na estrada da vida, a rede se torna via de mão dupla. Quem é acolhido se sente protegido e quem acolhe se sente seguro.

Essa síntese do processo migratório inter-regional em Rio Verde tem uma ligação efetiva com a formação da sociedade brasileira. O modo como as regiões foram se constituindo e a maneira como houve a territorialização do capital, ao criarem a desigualdade regional e a desigualdade social, estabeleceram um país sem lugar para o trabalhador.

A busca para reproduzir a vida leva os trabalhadores do Nordeste para Rio Verde por meio das redes socioafetivas e de informações. O emprego, como foi visto, confirma-se como causa do deslocamento territorial e como operador de vida, pois está presente no processo migratório e na vida do trabalhador e da trabalhadora migrante em Rio Verde.

## EPÍLOGO

Preste atenção, perceba o local onde está, aguçe a audição e repare no sotaque. No município de Rio Verde, Goiás, estão os mais de 23 mil nordestinos tabulados pelo recenseamento do IBGE em 2010. Esses sujeitos podem ser encontrados e ouvidos no centro da cidade, na periferia ou nos bairros elitizados exercendo alguma atividade laboral. Pelos trabalhadores e trabalhadoras migrantes nordestinos é redigido esse estudo.

Durante as décadas de 1970 e 1980, a agricultura se expandiu no município a partir dos incentivos governamentais advindos das políticas desenvolvimentistas no Cerrado. Diante da ampliação da modernização agrícola conservadora, o território goiano sofreu uma reestruturação em seu quadro demográfico, que motivou a vinda de migrantes paulistas e sulistas ligados ao controle de terras e à monopolização da produção agroindustrial.

Desse modo, a região tornou-se um dos destinos para os trabalhadores migrantes nordestinos que buscam emprego, salário e melhores condições de vida. Esses sujeitos começaram a migrar, sobretudo, após as décadas 1990 e 2000, devido à acentuada diversificação na atividade industrial e à chegada de setores de embalagens plásticas, grãos, carnes e lácteos, ampliando e complexificando o setor agroindustrial. Empresas como BRF, Videplast, Siol e Heringer expandiram seus negócios com amplo apoio fiscal, investimentos e diversificação dos setores da agroindústria e de serviços.

Esse compasso do crescimento econômico municipal foi acompanhado pela migração laboral em direção à cidade. São mãos que migram condicionadas, única ou exclusivamente, pela busca de emprego. Isso significa que o indivíduo é obrigado a migrar no mesmo ritmo do descolamento das forças produtivas urbano-industriais, inclusive das plantas agroindustriais.

Dentre as implicações territoriais da consolidação do modelo de produção agrícola monopolista e agroindustrial em Rio Verde, a dinâmica demográfica passou por alterações significativas. A população vem

crescendo significativamente desde a década de 1960, quando abandona o campo e passa a se concentrar na cidade. Daí em diante, contabiliza-se também a vinda, para a cidade, de migrantes de todas as regiões brasileiras. Isso revela que em Rio Verde têm-se um campo ocupado por monoculturas intensivas com capital e tecnologia voltadas para atender o modelo agroexportador.

No que tange ao número de migrantes obtido pelo IBGE no Censo de 2010, a região Nordeste do país superou o Sudeste em número de migrantes que chegam ao município de Rio Verde. A partir de uma eficaz propaganda sobre o dinâmico modelo de agricultura capitalista monopolista, Rio Verde tornou-se o principal território de atração migracional do interior de Goiás e um dos principais do Centro-Oeste brasileiro.

De todos os migrantes que chegam em Goiás, a região Nordeste é a que dissipa maior contingente populacional. As naturalidades que mais se deslocam são as dos baianos e maranhenses enquanto diminui o fluxo de sudestinos e sulistas.

As mesorregiões Centro Goiano e Leste Goiano são as principais receptoras de migrantes. No primeiro caso, em razão de sua natureza metropolitana e, no segundo, devido à vinculação ao entorno do Distrito Federal. A mesorregião Sul Goiano, onde está localizado o município de Rio Verde, é a terceira maior receptora de Goiás.

Como Rio Verde tem um setor primário altamente tecnificado e concentrador de terra e renda, são justamente os setores secundário e terciário que exercem atratividade migratória em virtude da instalação das agroindústrias e empresas do complexo. É com essa população migrante que foi possível dinamizar a economia do município e construir um perfil econômico e urbano de cidade metropolitana.

O motivo que faz os nordestinos migrarem para Rio Verde é recorrente e antigo: a necessidade de emprego. Via de regra, a migração do trabalhador nordestino está vinculada à busca pelo emprego que migrou para a região de destino ou que até inexistia na sua cidade de origem. O sujeito migra em busca de emprego, mas a baixa escolaridade o mantém atrelado ao baixo salário e a uma Divisão Social do Trabalho que o vulnerabiliza.

Ao descer na rodoviária municipal de Rio Verde se inicia uma nova história de vida para cada trabalhador que chega sozinho ou acompanhado da família ou de amigos próximos. Desse deslocamento capital-sujeito se manifestam dois modos migratórios. O primeiro diz respeito a uma movimentação de cunho social ou individual. O segundo é uma movimentação assistida, a qual denominamos de Rede Socioafetiva de Migração.

No primeiro modo, como, a priori, a figura do atravessador de trabalhador, o “gato”, está desaparecendo, foi identificada uma nova lógica no deslocamento. De cunho social ou individual, o deslocamento é custeado pelo próprio sujeito. Nesse caso, ele poderá ser assistido pelo poder público municipal até que encontre emprego ou receba passagem para outra cidade. Ao que parece, a cidade não acolhe de fato o migrante, mas sim apenas aqueles que servem como mão de obra, descartando a parcela vulnerabilizada e os enviando para outro território.

No segundo modo, quando o sujeito não possui recursos para deslocamento e permanência na nova cidade, a migração é financiada por terceiros próximos. Esse amparo se traduz na constituição de uma Rede Socioafetiva de Migração. Formada por parentes ou amigos que estão na cidade de origem ou de destino essa rede ampara o migrante até que ele consiga emprego, salário e moradia para trazer o restante da família.

Na rede, tanto o formador dela quanto os partícipes ganham. De um lado, o formador passa a contar com a colaboração do partícipe recém chegado e, de outro, este com sentimento de gratidão entende o formador da rede como seu principal apoio na nova cidade. Isso se torna importante para os dois sujeitos, pois fortalece a permanência dos migrantes na cidade.

Uma das principais características da Rede Socioafetiva de Migração é ser formada, por trabalhadores migrantes nordestinos, homens e mulheres, que convergem para Rio Verde vencendo barreiras afetivas e de enraizamentos culturais dos seus territórios de origem em busca da reprodução da vida por meio do trabalho. Em sua maior parte, a migração e a formação da rede são realizadas por homens em busca de trabalho e com base no modelo de provedor da família.

No que pese essa semelhança, de outro lado, tanto o formador de rede quanto o partícipe, ou seja, o sujeito que traz e aquele que é trazido possuem características sociais distintas. Emprego, renda, idade e tempo de permanência em Rio Verde são os principais diferenciais. Quem acolhe já possui alguma estabilidade para convidar e subsidiar a permanência do outro.

É com base nesse contexto que foi possível apreender algumas das contradições de escalas nas quais o trabalhador migrante se situa. Se na divisão regional do trabalho a estratégia capitalista é de auferir lucro e renda aos patrões, será a rede socioafetiva o elo de apoio tão necessário ao migrante para suplantar os baixos salários promovidos na divisão social do trabalho e a consequente precarização do trabalho e da vida.

O entendimento da divisão territorial do trabalho é imprescindível para compreender a distribuição dos sujeitos pela rede urbana, bem como de investigar as relações interpessoais e territoriais travadas. Apesar de o trabalhador migrante nordestino e sua família estarem distribuídos por toda a cidade, existe uma maior concentração da população migrante nordestina nos bairros periféricos. Por serem bairros mais afastados da região central, são comuns os relatos sobre a situação de violência, marginalidade social e falta de atuação do poder público.

Do desmembramento de antigas propriedades rurais surgem novos loteamentos urbanos. A especulação imobiliária forjada na concentração de imóveis, eleva os preços dos aluguéis para quem ganha até dois salários-mínimos. Distante do local de trabalho, o transporte coletivo se torna ineficiente e precário. A distância dificulta a mobilidade do trabalhador. O custo de vida se torna elevado e a sonhada mobilidade social inalcançável.

Desse modo, não é possível interpretar o fenômeno migratório de trabalhadores nordestinos para Rio Verde sem considerar as contradições sociais às quais os sujeitos são submetidos na cidade de Rio Verde. Essa leitura geográfica da migração perpassa a Divisão Territorial do Trabalho promovida nos territórios nordestino e goiano que, por sua vez, estão alicerçadas em determinações históricas, sociais e territoriais que implicam na migração. Essas determinações estipulam, portanto, a mobilidade de capital e de emprego.

Verificou-se, assim, que um município como Rio Verde, com maiores densidades de capital e, conseqüentemente, com maior dinamismo econômico, atrai um maior número de trabalhadores. Entretanto, como o processo de territorialização do capital é contraditório, estratégico e interesseiro, as contradições se efetivam nos territórios do campo ou da cidade.

Assim, a contradição mostra que nos territórios pouco dinâmicos não existe boa oferta de emprego e, por conseguinte, não resolvem as demandas existenciais dos trabalhadores. Nas cidades com maior dinamismo econômico e, portanto, com maior atração de trabalhadores, a tendência é haver mais violência, mais desigualdade social e maiores efeitos ambientais deletérios.

Nessas últimas cidades, como é o caso de Rio Verde, Goiás, é onde a Rede Socioafetiva de Migração Nordestina se estabelece. É essa rede que irá amparar o migrante para que ele possa mergulhar no emprego em busca de uma pseudomobilidade social. Resta ao trabalhador escolher qual o mais importante para si e sua família, se as demandas existenciais ou o dinamismo econômico. A luta por melhores condições de trabalho e vida, essa cabe a todos nós.

## REFERÊNCIAS

BERNARDES, G. D. O cotidiano dos trabalhadores da construção de Goiânia: o mundo do trabalho e extratrabalho. **Revista UFG**, Goiânia, v. 11, n. 6, p. 37-51, jun. 2009.

BRITO, C. O. de; NASCIMENTO, C. R. R.; ROSA, E. M. Conselho tutelar: rede de apoio socioafetiva para famílias em situação de risco? **Pensando famílias**, Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 179-192, jan. jun./2018.

CASTRO, J. **Geografia da fome**. São Paulo: Círculo do Livro, 1991.

CHAVEIRO, E. F.; CALAÇA, M.; REZENDE, M. C. da S. **A dinâmica demográfica de Goiás**. Goiânia: Ellos, 2009.

COELHO, A. C. R. **Poema à Rio Verde**. In: Monumento ao Desenvolvimento Econômico-Cultural de Rio Verde. Colégio Estadual Abel Pereira de Castro. Inscrição no sôpé, 2003.

CORREIA, S. P. S. **A construção de Goiás**: ensaio de desenvolvimento político e regional. Goiânia: Editora da UCG, 2006.

CRUVINEL, E. de C. Migração em Goiás entre 2005 e 2015. Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás. Goiânia: IMB, 2017. Disponível em: <https://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/estudos/2017/migracao-em-goias-entre-2005-2015.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2020.

ÊXODO urbano. **Rede Globo**, Rio de Janeiro, [20-]. Disponível em: <http://redeglobo.globo.com/Globoreporter/0,19125,VGC0-2703-2788-2,00.html>. Acesso em: 25 nov. 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

GEPHI. **Aplicativo de redes**. Disponível em: <https://gephi.org/features/>. Acesso em: 17 dez. 2018.

GOMES, P. C. da C. **O lugar do olhar**: elementos para uma geografia da visibilidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

GUIMARÃES, G. M. A. Rio Verde (GO): um expoente do agronegócio no Cerrado. **Revista UFG**, Goiânia, v. 12, n. 9, p. 31-36, dez. 2010.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2003.

IBGE. **Censo 2010**. Resultados. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em: 21 nov. 2018.

IBGE. Goiás. **IBGE Cidades**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/goias/panorama>. Acesso em: 18 nov. 2022.

IPEA. Radar IDHM: evolução do IDHM e de seus índices componentes no período de 2012 a 2017. Brasília, DF: IPEA: PNUD: FJP, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9150>. Acesso em: 18 nov. 2022.

KHOKHAR, D. **Gehpi Cookbook**. Birmingham, UK: Packt Publishing, 2015.

MARTINELLI, M. **Mapas, gráficos e redes**: elabore você mesmo. São Paulo: Oficina de Textos, 2014.

MELO NETO, J. C. de. **Morte e vida Severina e outros poemas**. Rio de Janeiro: Schwarcz S.A., 2018.

OLIVEIRA, A. U. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iandê Editorial, 2016.

PELIANO, A. M. T. M. (coord.). **O mapa da fome**: subsídios à formulação de uma política de segurança alimentar. Documento de política nº 14. Brasília, DF: IPEA, 1993. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11220>. Acesso em: 18 nov. 2022.

PIZARRO, R. E. C. **O agronegócio e a produção do espaço da região de planejamento sudoeste goiano**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

REDE PENSSAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]**: II VIGISAN. < <https://static.poder360.com.br/2022/06/seguranca-alimentar-covid-8jun-2022.pdf>> Acesso em: 05/12/2022. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. São Paulo, SP: 2022.

SANTOS, B. de S. **Construindo as epistemologias do Sul**: antologia essencial. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018. v. 1.

RODRIGUES, M. Pesquisadores defendem mudanças nas políticas de CT&I para explorar o potencial da biodiversidade do País. **SBPC**, 2018. Disponível em: <http://portal.sbpnet.org.br/noticias/pesquisadores-defendem-mudancas-nas-politicas-de-cti-para-explorar-o-potencial-da-biodiversidade-do-pais/>. Acesso em: 22 ago. 2019.

SILVA, F. C. A. da. O agronegócio e a produção territorial recente em Goiás (2000-2012). **Sociedade e Território**, Natal, v. 27, n. 3, p. 145-163, jul./dez. 2015.

SILVA, M. A. de M. O trabalho oculto nos canaviais paulistas. **Perspectivas**, São Paulo, v. 39, n. , p.11-46, jan./jun. 2011.

SILVA, M. C. da *et al.* Mobilidade populacional e relações de trabalho no município de Rio Verde, Goiás, de 1970-2000. *In*: VIII EREGEO – Encontro Regional de Geografia. **Resumos [...]**. A geografia no mundo da diversidade. Cidade de Goiás, 2003.

SOARES, F. U. **Mãos que escrevem o território, escrevem a vida**: o trabalhador migrante nordestino em Rio Verde, Goiás. 2020. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Jataí, 2020.

SOARES, F. U.; GONÇALVES, R. J. A. F.; SPECIAN, V. A crise na produção leiteira em goiás de 2008 A 2012 com vistas a um reordenamento Territorial. **Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais**, Iporá, v. 8, n. 3, p. 118-137, jul./dez., 2019.

SOARES, F. U.; MARQUES, A. C. O. Componentes iconográficos na paisagem urbana da cidade de Rio Verde, Goiás, Brasil. **Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais**, Iporá, v. 7, n. 4, p. 170-198, dez. 2018.

SOUZA, J. G. de; JORGE, W. J.; GEBARA, J. J. Migração e reforma agrária: desconstituição e constituição laboral de trabalhadores rurais. **Travessia**: revista do migrante, [s.l.], ano XIV, n. 41, p. 5-11, set./dez. 2001.

SPOSITO, E. S. **Redes e cidades**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

THOMAZ JUNIOR, A. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. **Revista Campo-território**, Francisco Beltrão, v. 5, n. 10, p. 92-122, ago. 2010.

THOMAZ JUNIOR, A.; BENTO, F.S. A dinâmica geográfica do trabalho encimada nas migrações sazonais para os canaviais do Pontal do Paranapanema (SP), no início do século XXI. **Revista Pegada**, [s.l.], v. 16, n. 1, p. 79-107, 2015.

TOMÁS, J. **A invisibilidade social, uma construção teórica**. Conference: A Crise da(s) Socialização(ões). Universidade do Minho, Portugal. abr. 2012. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/228333133\\_A\\_invisibilidade\\_social\\_uma\\_construcao\\_teorica](https://www.researchgate.net/publication/228333133_A_invisibilidade_social_uma_construcao_teorica). Acesso em: 8 mar. 2018.

VALE, A. L. F. **Migração e territorialização**: as dimensões territoriais dos nordestinos em Boa Vista/RR. 2007. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2007.

## SOBRE O AUTOR



**Fernando Uhlmann Soares** ([fernando.soares@ifgoiano.edu.br](mailto:fernando.soares@ifgoiano.edu.br)) é, assim como os nordestinos e as nordestinas protagonistas deste livro, um trabalhador migrante. Nasceu em São Paulo, migrou para o Rio Grande do Sul e depois para Goiás. Nessa travessia, soma experiências de vida, pesquisa e moradia pelo Nordeste e Norte brasileiro, Moçambique, Cuba, Uruguai, Pequim e outros.

É docente efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Campus Rio Verde/GO. Doutor em Geografia (UFG/GO). Mestre em Geoprocessamento (UFSM/RS). Licenciado em Geografia Plena (UFPel/RS). Coordena o Laboratório de Inteligência Geográfica (LABIG/IFGoiano) e integra o Grupo de Estudos Espaço, Sujeito e Existência (UFG/IESA/LABOTER/Dona Alzira).

Ocupa a cadeira 40 do Instituto Cultural e Educacional Bernardo Élis para os Povos do Cerrado (ICEBE) e a cadeira 27 da Sociedade Goiana de História da Agricultura (SGHA). Atua nas áreas de: Planejamento Territorial Urbano, Geografia da População, Políticas Públicas, Sistemas de Informações Geográficas (SIG) e Geoprocessamento.

## SOBRE OS ARTISTAS



**Pita Paiva** (<https://www.instagram.com/pitapaiva20>) é um artista popular de Uibaí, Bahia. Quando criança não via a hora do pai chegar da feira para saborear duas coisas: o pão doce e os livretos de cordel. Apesar de apreciar cada palavra, Pita Paiva aguardava ansioso a leitura acabar para o livro passar de mão em mão para todos verem as figuras ou lerem algum verso. Dali nasce sua alfabetização e o interesse pela xilogravura que o transformaria, mais tarde, em um mestre nesta arte. Aos 18 anos, migra para tentar a sorte em São Paulo. A vida sofrida era amenizada observando os retratistas na Praça da República e lembrava do tempo em que desenhava rostos de pessoas nos cadernos e nas calçadas de Uibaí. Anos depois, o futuro mestre migra para Salvador para cursar pedagogia na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pós graduado em língua portuguesa, Mestre Pita, sempre teve facilidade para desenhar e entalhar o que possibilitou afinar a visão para a xilogravura. A peça campeã de encomendas é “A moça lendo na rede”. O xilógrafo detalha o medo do olhar do outro, principalmente na adolescência. Desenvolve oficinas, exposições e cursos em escolas de vários municípios. Em 2017, foi premiado pelo Ministério da Cultura como um dos mestres da cultura popular brasileira e suas obras estão em todos os Estados brasileiros e em mais de dez países.



**Silvio José Correia Borges** ([https://www.instagram.com/silvioborges\\_xilogravura](https://www.instagram.com/silvioborges_xilogravura)) nasceu em Escada, Pernambuco, e com três anos de idade migrou para Bezerros, no mesmo Estado, com os seus pais e irmãos. Começou a fazer xilogravuras na infância, para ficar mais próximo do seu genitor, o xilógrafo Amaro Francisco Borges. Depois, passou a comercializar na feira de Caruaru/PE, onde recebia muitos elogios dado a sua pouca idade. Desde então, se destaca com um estilo próprio, rico em detalhes, perspectiva e realismo. Seu estilo vem sendo comparado ao Mestre da perspectiva M. C. Escher, por estudiosos, colecionadores e admiradores. Os trabalhos de Silvio Borges são voltados para o imaginário do nordeste, sua infância, contos ou causos. Atualmente, administra o atelier “A Casa da Xilogravura” em Bezerros, onde recebe visitas e realiza oficinas, palestras e demonstrações acerca da arte. Dentre os trabalhos de maior relevância podemos citar a confecção do quadro “São João no Arruado”, de 1,80x90cm, em angelim pedra, e a ilustração do livro “Aumentei mas não menti” das editoras Paulinas, participou de diversas exposições, dentre elas a Fenearte. Ainda, é o criador da técnica “Óleo sobre matriz” onde o artista abdica do direito de reprodução da matriz em madeira e passa a utilizar como quadro pintado a óleo.

